



Revisão Estatutária 5 Nov 94

Págs. 6 e 7

Assembleia Geral Nacional Extraordinária Convocatória

Nos termos dos Art.ºs 25, 26 e 30 dos Estatutos, convocam-se todos os associados para a Assembleia Geral Nacional que reunirá extraordinariamente na Sede da ADFA, em Lisboa, pelas 14.00 horas do dia 5 de Novembro de 1994, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Revisão Estatutária

- a) Tomada de decisões sobre a continuidade e conclusão do processo de revisão;*
- b) Discussão na generalidade das propostas de alteração.*

Nos termos do n.º 2 do Art.º 32 dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos sócios, a Assembleia Geral Nacional reunirá 30 minutos depois com qualquer número de associados.

ADFA, 30 de Setembro de 1994 M.A.G.N. O Presidente - Joaquim Francisco Couceiro Ferreira



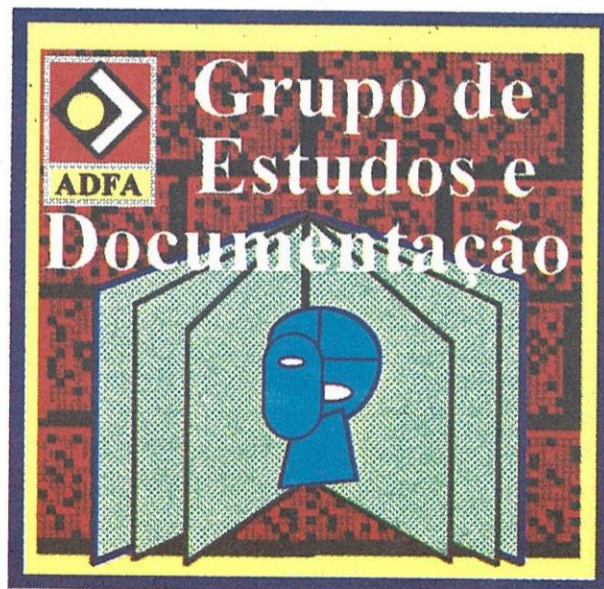
Porto, 6 a 9 de Outubro de 1994

AJUTEC

exibiu as últimas inovações
em ajudas técnicas

Pág. 8

Grupo de Estudos e Documentação da ADFA



Barreiras culturais da integração
dos deficientes pela primeira vez
analisadas em Portugal

Pág. 4

Realidades...

Um espaço para nos conhecermos melhor

Pág. 5



Informar Comunicar Reabilitar

Na Fundação Calouste Gulbenkian realizou-se no dia 6 e 7 de Outubro o Dia Europeu HELLIOS.

Este encontro, onde participaram membros da Comissão Europeia que estudam a problemática da Reabilitação, foi dado a conhecer os objectivos do Programa HELLIOS assim como a sua interacção com as ONG.

A ADFA fez-se representar pelos presidente e 2º secretário da Direcção Central e ainda pelos ten-coronéis Lopes Dias e Jorge Maurício.

Na apresentação das conclusões, no dia 7, a ADFA fez uma intervenção onde manifestou a importância do papel reivindicativo das ONG no processo global da Reabilitação.

Devido à importância deste assunto apresentaremos as conclusões deste encontro no próximo número do "ELO".

ADFA e UCNOD fizeram balanço do CNR

Na sede da APPACDM, na Praça de Londres, onde funciona o Secretariado das ONG, reuniram-se no dia 20 de Setembro, Quinta-feira, às 10:00h, a ADFA e a UCNOD, para fazerem o balanço das duas reuniões do CNR e estudar metodologias de trabalho que lhes permitam promover acções conjuntas ao nível do Grupo de Diálogo e do Conselho Nacional de Reabilitação, de forma a garantir uma maior e mais legítima intervenção das ONG nestes organismos.

Em representação da ADFA esteve o presidente da Direcção Central e o membro do Conselho Nacional por Lisboa, Bento Raimundo.

Comemorações do 25 de Abril

A ADFA foi convidada pela Associação 25 de Abril, a participar na sessão solene de encerramento, do Ciclo de Comemorações do XX Aniversário do 25 de Abril, que se realizou no dia 21 de Outubro, às 16:00 horas, no auditório 2, da Fundação Calouste Gulbenkian, tendo-se feito representar pelo presidente da Direcção Central.

A Cerimónia contou com a presença do Presidente da República.



Projecto 2 + 4 Reunião no grupo coordenador

No dia 20 p.p., pelas 17h00, reuniu o Grupo Coordenador do Projecto 2+4, constituído pelos associados paraplégicos Guedes da Fonte, Alberto Pinto, Sobral e Maltês, com a finalidade de tratarem de assuntos de grande interesse para os associados portadores desta deficiência, que foram os seguintes:

1. Início dos contractos informais travados com médico fisiatra da FAérea — Dr. Barros Silva com a finalidade de se arrancar com a consulta de Fisiatria no primeiro trimestre de 1995

2. Início de contactos idênticos com o médico andrologista do HMP — Dr. Monteiro Pereira;

3. Aquisição de equipamento necessário à consulta de urologia, e não só, nomeadamente.

* visor para radiografias

* equipamento para esterilização

4. Concretização urgente do apoio administrativo exclusivo às consultas médicas.

5. Necessidade de aquisição urgente de uma viatura para serviço exclusivo de paraplégicos, também podendo ser utilizada por outros grandes deficientes, para que seja dado o arranque e cumprimento sistemático ao programa de apoio domiciliário e transporte àqueles grandes deficientes, nomeadamente os que estão confinados a suas residências durante largos períodos de tempo, anos até.

6. Necessidade de se reforçar e impulsionar a campanha de acessibilidade urbana, nomeadamente:

* mais facilidades de estacionamento automóvel nas zonas de maior densidade de trânsito das principais cidades do país;

* mais facilidades de acesso aos edifícios de características públicas;

* menos burocracias no processo de licenciamento das autorizações para estacionamento de deficientes.

7. Eliminar procedimento caduco — Junta Naval — ainda utilizado na Marinha para concessão de subsídio de 3.ª pessoa.

8. Necessidade de se criar e desenvolver um centro de pesquisa, tratamento e divulgação de informação e documentação técnica relativa a ajudas técnicas e outro equipamento diverso de possível utilização por paraplégicos, e outros deficientes (eventualmente ligado à rede europeia handynet), recomendando-se, para tanto, visitas periódicas a feiras nacionais e internacionais de nomeada.

9. A grande questão do lar militar — é urgente dinamizar o processo de reposicionamento desta instituição na linha de interesses directos e legítimos dos grandes deficientes nomeadamente para residência e instalação do futuro centro médico da adfa.

10. Por último decidiu-se solicitar uma reunião com a DC para apresentação destes assuntos, no âmbito do nosso projecto 2+4.

Reunião do Grupo de Diálogo Ensino Integrado em perigo de ficar sem Recursos

Na Quinta-feira, dia 20 de Setembro pelas 14:00h, reuniu-se na Quinta das Malvasias, o Grupo de Diálogo.

A Reunião foi dirigida pelo Dr. António Barroso, e foram discutidas e aprovadas as propostas sobre o "Crédito de Horas" e Subsídio de Baixa" que já analisámos no "ELO" de Junho.

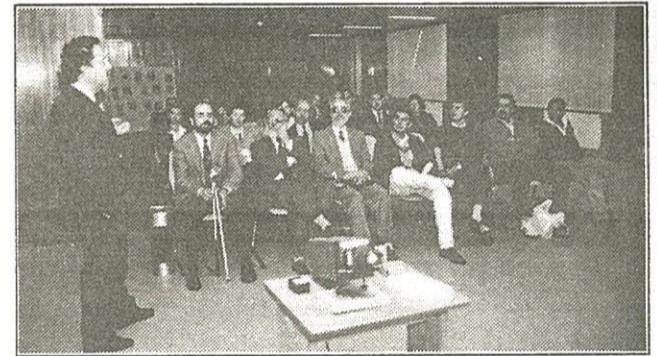
Face à possível extinção do Centro de Recursos para o Ensino Integrado do Ministério da Educação, os membros do Grupo de Diálogo mostraram a maior preocupação, tendo decidido que o Coordenador, António Barroso, Secretário Nacional de Reabilitação Adjunto, tomasse com a maior urgência as devidas providências para obviar a que este facto se consuma.

Foi ainda decidido que todas as ONG enviassem um telegrama ao Ministério da Educação com conhecimento a outras entidades envolvidas neste processo. Transcrevemos em baixo o texto do telegrama.

Exma. Senhora Dr.ª.

A ADFA- Associação dos Deficientes das Forças Armadas e a UCNOD- União Coordenadora Nacional dos Organismos para Deficientes, representantes das ONG- Organizações não Governamentais no CNR- Conselho Nacional de Reabilitação, indignadas com o encerramento do Centro de Recursos para o Ensino Integrado do Ministério da Educação, apela a V.ª Exa. para que seja suspensa tal decisão, em virtude da mesma provocar graves prejuízos à integração educacional das pessoas com deficiência, pondo em causa a política Nacional de reabilitação, consagrada na lei de bases de prevenção e reabilitação, lei 9 de 02 de Maio de 1990, aprovada pela Assembleia da República.

Certos de que este apelo, merecerá de V.ª Exa., toda a atenção e empenhamento, somos.



Malefícios do Alcoolismo

Conforme foi noticiado no "ELO", realizou-se no dia 25, terça-feira, pelas 18:00h, uma Sessão de Esclarecimento sobre "os Malefícios do Alcoolismo" organizada pelo Departamento de Reabilitação, Serviço de Acção Social.

A Sessão foi orientada pelo nosso associado Dr. Fernando Brito, médico, fez uma amostragem de diapositivos e o visionamento de um vídeo, onde caracterizou os sintomas do alcoolismo e como se desenvolve a habituação ao álcool e a posterior dependência para terminar com as consequências que daí advêm. No próxima edição do "ELO" será feita uma reportagem desenvolvida sobre esta palestra.

Deixamos no entanto algumas notas:

Portugal é o 3º país onde mais se bebe por habitante.

O vinho tinto é mais difícil de "martelar" que o branco.

Dizer que as aguardentes depois das refeições são digestivas é uma "Treta"

Um copo de vinho às refeições não faz mal desde que bebido devagarinho.

Delegação de Coimbra

Reunião com a Direcção Central

No dia 14 de Outubro, Sexta-Feira, os presidente, vice-presidente e 2º secretário da Direcção Central deslocaram-se à Delegação de Coimbra, onde se reuniram com os Órgãos Sociais daquela Delegação José Maia e Mário Santos e também com o membro do Conselho Nacional por Coimbra, Solo Girão.

Nesta reunião foi dado a conhecer à Direcção Central dois espaços, para uma eventual transferência das instalações daquela Delegação que, como é sabido, funciona num 6º andar, com bastantes problemas de acesso para os grandes deficientes motores.

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Av. Padre Cruz — Edifício ADFA — 1600 LISBOA — TELEFS.: 757 04 22 / 0502 / 0583 / 0645 / 0702 / 0781 — FAX 757 13 19

TRANSPORTES: Autocarros, 3 e 47, em frente ao Lar Militar, a 150 metros da ADFA. Aconselhamos a que se tome o metropolitano até à estação do Campo Grande e que aí se apanhe os referidos autocarros

● ASSISTÊNCIA MÉDICA, PSICOSSOCIAL E JURÍDICA ●

CLÍNICA GERAL

Médico: Dr. Fernando Brito
2.ª Feira 13:00h
4.ª Feira 17:00h

PSIQUIATRIA

Médico: Dr. Proença

PSICOLOGIA CLÍNICA

Dr.ª Fátima Cruz
2.ª Feira 14:00h às 18:00h
4.ª Feira 14:00h às 18:00h

SERVIÇO SOCIAL

Dr.ª Fátima Almeida
2.ª, 4.ª e 6.ª Feiras
09:00 às 12:00h/14:00 às 18:00 h

Marcações: D. Josefa

GAB. JURÍDICO

Dr. António Carreiro

3.ª e 5.ª Feiras
14:00 às 18:00h

• c/marcação prévia, (não se dão consultas aos telefone)

Marcações: D.ª Helena Afonso

Solicita-se a todos os associados, que sejam feitas as marcações das consultas com antecedência pelos telefones 7570502/0583/0422/0645/0702/0781



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Propriedade, Administração e Redacção:

Palácio da Independência — L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex

Tel. 757 05 02 — Fax 757 13 19

Dep. Legal — ESGMJ — 105068

Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica,

Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Elo Sonoro: Centro de Produção de Material

da Segurança Social de Lisboa e Vale de Tejo

DIRECTOR: Patuleia Mendes

REDACÇÃO: Armindo Roque

António Carreiro, José Maia, Abel Fortuna, António Neves, João Gonçalves

MAQUETAGEM: Carlos Jacinto

FOTÓGRAFO: Farinho Lopes

Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1 100\$00

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Europa: 1 800\$00

Fora da Europa: 2 100\$00

Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1 300\$00

Tiragem desde número: 9 000 exemplares

**Grande noite
de São Martinho
12 de Novembro de 1994
Casa do Povo
de Aveiras, às 22h00**

Fadistas:

- Joaquim Calisto
- Gia Amador
- Joaquim Júlio
- Maria do Céu
- Teresa Seabra
- Lurdes Amador
- Zé Miguel
- Chico Pimenta
- Dr. Rui Malaca
- Joaquim Gutierrez

(C/Surpresas)

- Guitarra: Zé Bacalhau
- Viola: João Chora

— Ementa —

- Sopa de Caldo Verde
- Chouriço Assado / Entremeado
- Castanhas Assadas
- Água Pé e Vinho

O núcleo de Aveiras vai realizar, espera-se que com o sucesso do último ano, uma noite típica e fadista, onde o convívio deverá estar intimamente ligado à grande força que nos une, a A.D.F.A.

Naquela confraternização, as crianças até aos 12 anos estão dispensados de paga-

mento, a partir daí, a módica quantia de Esc.: 1.500\$00, dá acesso a uma inesquecível noite de São Martinho, aos castiços fados ribatejanos e aos petiscos de circunstância que a ementa refere.

Inscrições pelos telefones (063) 45666 e 46305.

**Delegação de Viseu
Convívio na
Serra da Estrela**

A Delegação de Viseu vai realizar um encontro jantar convívio, no Restaurante "O MANJAR", Serra da Estrela, Pinhanços (junto ao aeródromo EN 17 Km 98) entre Gouveia e Seia, com parque privativo, no dia 26 de Novembro, sábado pelas 18:00h.

A todos os associados em geral, em especial para os do Concelho de Gouveia e Seia, zona abrangente do encontro, se solicita a sua comparência, para assim convivermos um pouco, conhecendo-nos melhor, falar

sobre a ADFA e também sobre nós próprios.

As marcações devem ser feitas para a Delegação em Viseu até ao dia 24 de Novembro, através do telefone 27645, ou para casa do associado JOSÉ SILVA SOLEDADE, telef.: 42913, rede de Seia.

Aproveita, dá um passeio até à Serra da Estrela e à tardinha convive connosco, comparece, marca já a tua presença.

Contamos contigo.

A Direcção da Delegação

**Assistência médica
Núcleo de Tomar**

Informam-se os sócios da área do Núcleo de Tomar, que lhes pode ser prestada assistência médica na Delegação dos Serviços Sociais daquela cidade, junto à Estação da C.P., com o pagamento de uma taxa simbólica de Esc.: 160\$00.

HORÁRIO

Terças:
das 14:00 às 16:00h

Quartas:
das 16:00 às 18:00h

Sócios Falecidos



Manuel Baltazar Pereira Dias, sócio nº 6942, com 44 anos, faleceu no dia 11/10/94.

Adquiriu a deficiência na Guiné, com 10% de incapacidade.

Residia em Pombeiro-Felgueiras, deixa órfão um filho menor e deixa viúva a Sra. Rosa Maria Sousa Félix.



Fernando Caridade Pires, sócio nº 10279, com 52 anos, faleceu no dia 9/9/94.

Adquiriu a deficiência em Angola, com 30% de incapacidade.

Residia em Venda Nova-Montalegre, deixa viúva a Sra. Aurora Alves dos Reis.



Manuel António Grilo Velez, sócio nº 1866, com 62 anos, faleceu no dia 23/9/94.

Adquiriu a deficiência na Guiné, com 85,2% de incapacidade.

Residia em Lisboa, deixa viúva a Sra. Maria José da Luz Subtil.



Carlos Meira Vicente, sócio nº 7960, com 43 anos, faleceu no dia 3/6/94.

Adquiriu a deficiência numa queda de 5mt. de altura, com 100% de incapacidade.

Residia em Oeiras, deixa dois filhos.



António Ferreira Alves, sócio nº 3540, de 46 anos, faleceu no dia 19/9/94.

Adquiriu a deficiência em Angola, com 40% de incapacidade.

Residia em Águas Santas, deixa viúva a Sra. Maria Emília Barbosa Alves.



José Loureiro da Cruz, sócio nº 5081, de 49 anos, faleceu no dia 8/9/94.

Adquiriu a deficiência em Moçambique, com 67,36% de incapacidade.

Residia em Viana do Castelo, deixa viúva a Sra. Maria Natália Martins Ribeiro Cruz, e três filhos órfãos já de maioridade.



Francisco Maria Joaquim, sócio nº 2795, de 49 anos, faleceu no dia 15/12/93.

Adquiriu a deficiência em Angola, com 51% de incapacidade.

Residia na Chamusca, deixa viúva a Sra. Fernanda Pratas Custódio.

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas condolências.

**20.º Aniversário
da
Delegação do Porto**

Para comemorar o evento, a Direcção da Delegação, com a colaboração de uma das mais antigas e prestigiadas marcas de Vinho do Porto, faz o lançamento de uma garrafa cujo rótulo abaixo se apresenta.

CALEM



**20 ANOS
PORTO**

ENVELHECIDO EM CASCO
ENGARRAFADO EM 1994

ENGARRAFADO ESPECIALMENTE PARA

ADFA

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES
DAS
FORÇAS ARMADAS
DELEGAÇÃO DO PORTO

**20º ANIVERSÁRIO
1974-1994**

75cl.e A. A. Calem & Filho, Lda Porto-Portugal 20%Vol.

Por se tratar de um vinho especial, além do significado que para nós deve ter, enriquecerá garrafeira e será uma boa oferta para um bom amigo.

Tratando-se de um número limitado de garrafas, faz a tua reserva na delegação.

Jantar Comemorativo

À semelhança dos anos anteriores, realiza-se, no dia 7 de Dezembro, o Jantar Comemorativo do aniversário da Delegação do Porto. Este, com um significado muito especial, porque a Delegação festeja o vinte anos decorridos desde a sua fundação.

Para esse momento tão significativo, os sócios podem inscrever-se na Delegação, ou pelo telefone 820403 até ao dia 1 de Dezembro.

Aos Assinantes

Sr. Assinante, a partir da edição de Junho do Jornal ELO, surgiram complicações de monta que não têm permitido o seu correcto envio aqueles que, atempada e solidariamente pagaram a sua assinatura, facto, pelo qual, vos tenho que dirigir as mais sinceras desculpas.

Uma avaria irreparável no sistema informático, onde se encontrava instalada a base de dados correspondente aos assinantes do nosso jornal, deitou a perder o respectivo ficheiro que, não sem alguma dificuldade, obrigou à sua total recuperação.

Parece-me que, tal trabalho, se encontra definitivamente concluído e que esta edição irá chegar a todos; mais ainda, a muitos que, há já tempo, não pagam a sua assinatura. Se este é o seu caso, sugerimos-lhe o pagamento da mesma para reiniciarmos, com interesse mútuo, o nosso diálogo informático.

Acentuo, a todos os assinantes, as minhas desculpas e o pedido da sua compreensão.

O Director

Em investigação na ADFA as causas da marginalização



Reunião do GEDA

AS CAUSAS DA MARGINALIZAÇÃO

Está a decorrer na ADFA um projecto de investigação sobre as barreiras culturais da integração social dos deficientes.

Financiado pelo programa Horizon, ou seja, com fundos comunitários, este projecto, que entrou recentemente na fase de execução, estender-se-á até Junho do próximo ano.

Trata-se de uma primeira abordagem dum tema de interesse fulcral para a compreensão do fenómeno da rejeição e exclusão de pessoas, mesmo nas sociedades evoluídas do final do século XX, apenas porque têm uma deficiência. A ADFA, que neste domínio desempenhou um papel histórico em Portugal, quando, logo após o 25 de Abril de 1974, pôs em causa as formas tradicionais de tratamento dos deficientes por parte dos ditos normais, encontra-se privilegiadamente posicionada para, a partir da sua inigualável experiência, desenvolver uma reflexão sobre as barreiras que persistem em manter as pessoas com deficiência afastadas da plena fruição da vida.

Aliando a experiência acumulada à reflexão teórica, à luz duma sensibilidade apurada por anos de revolta, primeiro contida e depois explodida, os sócios da ADFA estão em condições de cumprir o que deve ser entendido como um dever - deixar o seu testemunho bem clara, para que a sociedade se humanize mais e se torne mais justa.

Foi com este espírito que um grupo de sócios meteu ombros a esta tarefa. Uma tarefa que agora começa e deve ser continuada. Espera-se que a iniciativa cresça, se avolume e extravase do restrito grupo de sócios inicial, fazendo germinar na mente de todos a necessidade de dar o testemunho da sua vivência, dispondo-se assim a participar nas iniciativas associativas a que, obviamente, terão acesso.

Os elementos do Grupo de Estudos têm uma formação académica adequada ao trabalho de investigação. Mas qualquer sócio, sem habilitações especiais, é formado neste domínio, porque frequentou com aproveitamento a universidade que foi a ADFA, ficando apetrechado com um saber que os outros não têm e necessitam de obter.

Vejam o tipo de participação que está ao alcance dos associados. Procura-se determinar as barreiras culturais da integração. Pretende-se, nomeadamente, determinar:

- como é que a História dá conta das formas como os deficientes foram encarados ao longo dos tempos;
- como tem evoluído a legislação sobre deficientes;
- como tem sido tratada nas obras de ficção (literatura e cinema) a temática dos deficientes;
- como é que a imprensa, ao longo dos tempos, se tem referido aos deficientes e à sua relação com os outros;
- como são, actualmente, as atitudes das pessoas não-deficientes e também as dos próprios deficientes.

Evidentemente que todos nós lemos romances, vemos filmes, lemos jornais e temos alguns conhecimentos de História, para além de conhecermos alguma legislação.

Se somarmos a isso o conhecimento que temos dos comportamentos dos outros em relação a nós, temos então um grupo de estudos alargado a todos os sócios da ADFA. Todos podem, pois, participar activamente.

Ao passar pela Sede, passa agora ser obrigatório subir ao primeiro andar e entrar, de pleno direito, na sala da discussão dos comportamentos sociais que todos nos afectam. É ao passar pelas delegações é também obrigatória esta discussão.

Para além da possibilidade desta participação permanente, realizar-se-ão actividades específicas com datas marcadas. A primeira é já o colóquio sobre a imprensa, a realizar na Sede (ver notícia noutra local), na comemoração do aniversário do ELO e promovido pelo Grupo de Estudos.

Oportunamente serão anunciadas sessões, entre as quais destacamos desde já a passagem de filmes, seguida de debate.

Nestas actividades não se esgota, obviamente, a acção da ADFA. Mas elas são indissociáveis do trabalho da Associação na resolução dos problemas que objectivamente nos afectam, porque melhor serão equacionados e com mais força serão apresentados a quem de direito.

Há uma última razão para nos envolvermos neste trabalho de reflexão: a obra que colectivamente realizámos - a própria ADFA e a mudança de comportamentos - corre o risco de ser apagada da memória social se não nos apressarmos, de novo colectivamente, a explicar bem o sentido da empresa em que há 20 anos nos lançámos.

António J. Lavouras Lopes

Acções de Investigação sobre as Barreiras Culturais da Integração dos Deficientes

A ADFA, no trabalho realizado, tem contado essencialmente com a experiência, a sensibilidade e a vontade de vencer dos seus sócios. A actuação no terreno nem sempre foi acompanhada pelos necessários estudos técnicos especializados que lhe servissem de suporte.

Sentiu-se, passados 20 anos de trabalho claramente produtivo, a necessidade de dotação da Associação dos meios técnicos capazes de, por um lado, interpretar, sistematizar e valorizar todo o trabalho realizado - um património que não se deve perder - e, por outro, perspectivar acções futuras, cuja especificidade releva, particularmente, da idade (mais avançada) dos Deficientes das Forças Armadas e, genericamente, das novas exigências da integração social e profissional.

Na concepção das novas instalações da sede da ADFA foi previsto um espaço (sala da biblioteca) destinado à implementação de estruturas de estudo e aprofundamento das várias matérias relacionadas com a reabilitação e a integração sócio-profissional dos deficientes.

Tratava-se de um espaço ainda vazio e de difícil preenchimento, quer por escassez de recursos - prioritariamente canalizados para as estruturas de prestação directa de serviços aos sócios -, quer por insuficiência de práticas de estudo e reflexão na Associação.

Teve-se, entretanto, consciência de que a ADFA não deveria adiar por mais tempo o desenvolvimento desta vertente fundamental da sua acção. Para isso tem vindo a criar condições associativas nos últimos anos. É já disso reflexo a criação de um grupo de trabalho sobre as "formas de tratamento dos deficientes", que tem vindo a promover estudos e actividades internas e com expressão pública, de que se destaca um colóquio sobre "as barreiras culturais da integração", realizado em 15 de Maio de 1992, que contou com a participação do Secretariado Nacional de Reabilitação.

O Grupo de Estudos e Documentação surgiu espontaneamente de um grupo sócios formado por Lavouras Lopes, mestrado em literatura, e com grande experiência em investigação, Armindo Roque, licenciado em História, especializado em Base de Dados, e Mário Villa-Lo-

bos, que há muitos anos se tem debruçado na análise da legislação sobre pessoas deficientes. Estes sócios que desde há dois anos têm reunido para se debruçarem sobre a problemática das Barreiras Culturais à Integração dos Deficientes foram motivando outros para esta matéria e conta actualmente com a colaboração de uma socióloga, que é filha de uma associada nossa, antiga trabalhadora da ADFA, Emilia Bento; do nosso associado Barbosa Carneiro, jurista, e que em tempos trabalhou no serviço de contencioso da ADFA; um novo colaborador, o nosso associado Santos Silva, que trata da parte administrativa do Projecto para além de também participar na investigação. Existem outros sócios a colaborar neste trabalho e deseja-se que muitos mais nele se integrem.

O grupo está dotado de equipamento informático para o tratamento de toda a informação, que será organizada em bases de dados, para tratamento estatístico e de conteúdo.

Este trabalho será desenvolvido até Junho de 1995, no âmbito do Projecto HORIZON, com fundos concedidos pelo Fundo Social Europeu (IEFP). No entanto o Projecto inicial apontava para a duração de cinco anos, o que não se tornou possível na medida em que o Programa HORIZON termina, por imperativo do seu regulamento, em Junho de 1995. É intenção do Grupo apresentar um novo projecto para que essa continuidade seja possível.

Prevê-se, numa futura revisão dos estatutos da Associação, a criação de um Conselho de Reabilitação, investido de autoridade técnica e científica neste domínio.

Para dar suporte técnico a este conselho e aos grupos de trabalho especializados, tornava-se, necessária a existência de um serviço tecnologicamente equipado e científica e tecnicamente competente, de que a ADFA não dispunha.

OBJECTIVOS

Este projecto tem como objectivo a realização de uma série de acções, que permitam elaborar um trabalho final que produza resultados visíveis, sobre a forma como a sociedade em geral encara as pessoas com deficiência, os fantasmas que ao longo de mui-

tos séculos se foram inculcando no senso comum: A velha estória do "Pirata da Perna de Pau, com Olho de Vidro e Cara de Mau", a imagem de "Inválido" que imediatamente surge na mente das pessoas assim que vêm alguém numa cadeira de rodas, com uma bengala ou com muletas e que muitas vezes são imediatamente equiparados a falta de capacidade e mesmo de loucura. Por outro lado as pessoas deficientes também estão "cheias de fantasmas" de "complexos de inferioridade", como se costuma dizer, uma posição muitas vezes passiva ou de revolta surda e degradante, que leva ao atrofamento das potencialidades intrínsecas a qualquer ser humano.

Tudo isto são sensações que conhecemos de forma empírica, mas que precisamos de ser analisadas e sistematizadas de uma forma científica. Por isso este grupo propôs-se realizar um trabalho de investigação em que serão realizadas a seguintes acções:

1. Realização dum trabalho de investigação numa perspectiva histórica sobre as formas de tratamento de deficientes em Portugal.

2. Compilação, ordenação e estudo da legislação aplicável a deficientes em Portugal, especialmente a deficientes militares.

3. Realização de inquéritos para determinação das atitudes das pessoas não deficientes em relação aos deficientes, e outro dirigido a sócios da ADFA e outros deficientes.

4. Análise do conteúdo dos meios de comunicação social relativamente ao tratamento da temática dos deficientes, destaque das referências e organização e sistematização das mesmas. Posteriormente será feita a comparação com as atitudes dominantes na sociedade.

Como fruto deste trabalho realizar-se-á um colóquio, no dia 23 de Novembro e que vem anunciado noutra local deste jornal.

5. Inventariação das obras literárias e cinematográficas portuguesas em que a temática dos deficientes seja tratada com relevância. Para o efeito será organizada uma bibliografia específica e a análise de algumas obras literárias mais significativas, assim como a análise de alguns filmes e determinação das preocupações sociais do cinema neste domínio.

Mensalmente no jornal "ELO" serão publicados resultados deste estudo.

O eterno sonho de voar de um homem que trocou a G3 pela bengala

Entrevista: Patuleia Mendes

Este trabalho, que surge na sequência de outros já publicados no nosso jornal, de forma mais isolada, pretende proporcionar um início de apresentação de uma série de situações preparadas, não sómente pela equipa do Elo, como pela colaboração sempre desejada e desejável dos associados, para que cheguem, ao conhecimento de todos, realidades pontuais de Deficientes das Forças Armadas que, sobretudo pelo seu esforço pessoal, demoliram barreiras de integração, ou daqueles para quem, tais muros, se reergueram ou nunca chegaram a ser destruídos. Por isso lhes chamamos realidades, pois elas existem sendo, muito embora, positivas ou negativas.

Trazemo-vos, hoje, a realidade referente ao nosso associado nº. 1470 Alípio dos Reis Alves que, por nascido no dia 28 de Outubro de 1945, cumpre 49 anos no dia da edição deste nº do Elo, por isso o felicitamos. Nascido numa povoação dos arredores da Marinha Grande, filho de pais trabalhadores na indústria vidreira, como qualquer marinhense que se preze, num período difícil reconhece, como filho único, que beneficiou de alguns privilégios.

A vida não era fácil, e embora tivesse continuado os seus estudos, a verdade é que, aos 11 anos, começou a trabalhar na indústria de moldes estudando, como é lógico, somente à noite. Assim tirou um curso industrial e, posteriormente, o primeiro ciclo dos liceus. Bom profissional, como construtor de moldes para plásticos, antes do serviço militar auferia já um vencimento superior ao do seu pai, que era oficial de vidro, o expoente máximo de uma carreira de operário vidreiro.

"Posso dizer que tive uma juventude abastada e que, aos 19 anos, era dos poucos jovens que andava com carro na Marinha Grande. Tive uma vida, pode dizer-se, privilegiada em termos de convívio social, até porque era um bom folião. depois veio a tropa".

Em 3 de Janeiro de 1967, Alípio Alves assentava praça no RI 5, nas Caldas da Rainha; e daí, conforme nos disse, foi um correr o País inteiro de mala na mão, de quartel em quartel, de Caldas para Vendas Novas, de Vendas Novas para Leiria, de Leiria para Vendas Novas, daqui para Tancos e de Tancos para Penafiel, de Penafiel para Stª Margarida e de Stª Margarida para o Cais, onde a 18 de Maio de 1968 embarca. O objectivo era Moçambique.

"Deixei tudo para trás, a família e uma namorada que hoje é minha mulher".

Em Moçambique o, destino seria Moeda (B.ART.2846/C.ART.2369), onde 10 meses depois, em 9 de Março 1968, uma mina anti-carro o privaria definitivamente da visão e lhe destruiria significativamente a face com perca de músculos e tecidos. Um descuido de

um soldado da secção do furriel Alípio Alves, em que a negligência lhe custou a vida, e provocou cegueira temporária a outro elemento da secção que, no dizer de Alípio, felizmente viria a recuperar de uma vista.

"A partir daí, foi uma autêntica odisséia toda a minha vida!... das muitas experiências vividas, queria fazer realçar uma delas. Eu era um rapaz que dizia que, se tivesse que ter um acidente no Ultramar, preferia morrer, até me surpreendi comigo mesmo, ao ver a forma como, tão rápida e prontamente, encarei a minha situação, muito



Alípio Alves com a família

em especial a cegueira. De tal forma foi a coragem com que enfrentei a situação, que numa ocasião, no Hospital Miguel Bombarda, em Lourenço Marques, conheci uma senhora que me visitava diariamente, de seu nome Judite Maia, não sabendo que era jornalista, viria a sabê-lo, mais tarde quando já evacuado para a Metrópole; chegou-me, um dia, às mãos um exemplar da revista "Notícias de Lourenço Marques", onde aquela senhora escrevia um artigo, revelando que quando se deslocava àquele hospital para me dar ânimo, era eu próprio que lhe transmitia coragem e incentivos nunca tendo visto entre tantos militares que visitara, outro que lhe incutisse tanta força como eu.

Esta força interior seria a mola impulsionadora de toda a minha vida no futuro!"

Revelou-nos, então, a sua experiência, que reporta de muito negativa, na sua passagem pelo Hospital Militar principal. Sentia-se segregado, pelos próprios camaradas, bem como pelo pessoal hospitalar que não tratava condignamente os militares feridos chegados da frente, e isto reflectia-se sobremaneira na parte moral, bem mais do que na física.

"A culpa disto não era da estrutura, era sim, mais, da mentalidade dos militares que tratavam de nós, e que não conseguiam compreender a nossa situação.

Eu cheguei a dizer muitas vezes que o Hospital Militar era uma prisão sem grades, e que a esmagadora maioria das pessoas, que passava lá fora, não sabia, ou se esquecia, que, dentro daqueles muros, estava a nossa juventude a morrer aos poucos."

Durante este período, Alí-

pio Alves casou. "Cheguei a Lisboa no dia 21 de Abril de 1969, e quero dar um louvor, bem merecido, à minha esposa e companheira de sempre, mulher que, bem jovem e bonita, não hesitou em continuar a caminhar comigo e, por isso, contraímos matrimónio no dia 5 de Outubro do mesmo ano, completámos, há dias, as nossas bodas de prata".

Deste casamento nasceria uma filha que, a breve trecho, concluirá o seu curso de engenharia, e Alípio Alves confia-nos o suporte e impulso para vencer que a estabilidade familiar sempre lhe proporcionaram, realçan-

do, sobretudo, o posicionamento da esposa que enfrentou, tanto como ele, as muralhas da Marginalização.

"Além de cego, fiquei bastante mutilado na face e ouvimos os mais diversos comentários, como coitado-nho, mais valia ter morrido. A Odete suportou tudo a meu lado e, não tenho a menor dúvida, que sofreu, com isso, muito mais do que eu próprio. Era necessário vencerem-se barreiras, e venceram-se com o esforço de ambos!"

A esposa era, ao tempo, uma simples empregada de escritório, e construíram a sua casa em sonho comum edificando um lar tão feliz, nós diríamos talvez mais do que qualquer casal dito normal.

Surgiu, então, um período difícil e que correspondeu à sua reintegração social. Comentava o nosso amigo quantas vezes dizia a esposa, quando ela saía para o trabalho, a pena que sentia por a ver partir, e ele ficar na cama inoperante, embora considere que nunca foi uma pessoa amorfa, porque tinha aprendido algo na Fundação Shine, e que nunca esqueceria: a auto-suficiência!; por isso, aprendeu a cozinhar e a efectuar algumas lides caseiras, que lhe permitem, perfeitamente, apoiar a esposa em caso de doença ou ausência dela. Mas Alípio Alves precisava de algo mais, de uma participação social activa, de assumir responsabilidades e até de uma convivência pessoal mais intensiva, para além dos encontros de café e das patuscadas, que não deixando de ser convívios positivos, estavam a corroer a sua maneira de estar na vida.

Alípio Alves estava na Fundação Raquel e Martin

Shine na altura do 25 de Abril de 1974, e numa intervenção, telefónica, junto da Rádio Renascença, viria a ser um dos elementos proporrionadores do programa que a nossa associação teve durante bastante tempo naquela emissora "Logo após o 25 de Abril, o locutor António Sérgio tinha naquela estação de rádio um programa, com cerca de 10 minutos, e num dia em que falava dos militares de Abril, telefonei para lá dizendo que concordava com o seu programa, com os elogios que tecia àqueles militares, mas que se estava a esquecer de outros, aqueles que deram o contributo indirecto para o 25 de Abril, não estiveram envolvidos directamente nele, mas o seu sofrimento contribuiu para que ele existisse. E citei-lhe o meu caso: eu sou um daqueles que trocou a G3 por uma bengala! Esta frase chocou, de tal forma, António Sérgio que o levou a contactar os elementos responsáveis da ADFa, naquele momento da sua criação e a convidar-me para comparecer num programa onde eu já viria a encontrar o Lavouras, um elemento da Associação que, por sinal, muito bem defendeu os Deficientes das Forças Armadas, durante o período, e que foi relativamente longo, em que o programa existiu. Sinto uma pontinha de orgulho por ter contribuído pessoalmente para a existência daquele espaço radiofónico".

Alípio Alves dedicar-se-ia, mais tarde, à comunicação, actividade que iniciou através do rádio amadorismo. Obteve a carta respectiva, e o seu indicativo é "Charly Tango 4 Papa Que-



Na rádio Marinhense

bec", exercendo-a durante muito tempo, e de onde está hoje um pouco afastado, mas foi uma situação que lhe permitiu contacto com muita gente em Portugal e no estrangeiro, e assim desenvolveu o bichinho da comunicação. Apareceu, então, na Marinha Grande, uma das rádios, ditas pirata, na qual Alípio Alves se integrou, primeiro como técnico, depois como locutor. Essa rádio seria legalizada à 8 anos e hoje chama-se rádio clube Marinhense

"E aqui estou eu a dar talvez até de mais, porque aquilo que eu queria que fosse um passatempo, constituiu-

se hoje num sacrifício para parte da minha vida, e tenho disso plena consciência.. Sei que sacrifiquei muitas das horas que devia dedicar à família porque estou a entregarme, não em demasia, porque nunca é de mais, quando nos sacrificamos por algo que pensamos que é bom para os outros".

O Rádio Clube Marinhense é uma cooperativa de cuja direcção Alípio Alves faz parte exercendo aí também funções como director de programas e director de estúdio, para além de locutor. À pergunta que lhe fizemos sobre se, na realidade, ele não era o homem dos sete ofícios, Alípio atalhou:

"Nem pensar! a cooperativa tem cerca de 30 cooperantes que tem as mais diversas actividades profissionais, e com quem reúno uma a duas vezes por semana ou mais se é necessário; como eu tenho o tempo mais dedicado a isto, o maior quinhão de responsabilidade de toda a estação recai sobre os meus ombros e, embora exerça todos esses cargos, tenho abaixo de mim outras pessoas que me ajudam".

Aquela rádio local tem já uma dimensão razoável 10 funcionários efectivos, entre administrativos, animadores e técnicos, e cerca de 100 colaboradores que, voluntária e gratuitamente, fazem ou contribuem para programas de rádio e movimenta cerca de 30.000 contos anuais, o que indica ter um volume de encargos bastante vultoso e que, por tal, está a atravessar um momento difícil, como todas as outras rádios, já que não dispõe de apoios Governamentais rigorosamente nenhuns. Esta rádio viveu, inici-

pois tem também um cariz eminentemente social, designadamente com entrevistas e abordagem de temas de fundo de interesse local.

Alípio Alves tornou-se, assim, uma pessoa muito conhecida e admirada naquela região. A rejeição que sentira por parte do tecido social no regresso à terra natal, depois do acidente, encontra-se actualmente totalmente desvanecida.

"Inseri-me, com bastante facilidade, em todos os estados sociais, sou acarinhado e estimado, estou ao nível de qualquer pessoa daqui da Marinha Grande, em termos de tratamento, quero com isto dizer que, não sou superior aos outros, mas sou uma pessoa considerada aqui: subi a corda a pulso, e não é pelo facto de ser invisível que, alguma vez, fui minimizado. Aliás, fui de início, mas hoje não o sou pela minha deficiência".

O nosso interlocutor nunca descorou a prática do desporto, no sentido da busca do seu equilíbrio físico e psicológico. Praticou atletismo, sem interesse específico na competição, e pesca desportiva de mar, de que fala com uma pontinha de mágoa por o tempo lha não deixar praticar com a regularidade que gostaria. Desta última modalidade, Alípio Alves guarda alguns troféus, designadamente um 12º lugar num concurso internacional, entre cerca de 1200 participantes, e um 4º lugar numa prova nacional

"Sou pescador, e só aceito o nome de pescador porque eu sei fazer tudo na pesca: antes de estar cego, eu não sabia fazer os nós, aprendi a empatar os anzóis, a iscar, a lançar, ou seja, rigorosamente a fazer tudo. Só necessito, como é óbvio, que alguém vá comigo e me coloque em frente ao mar, a partir daí faço tudo completamente sozinho e demonstrei, por várias vezes que a pescar à noite, por exemplo, eu tinha muito mais facilidade de que as pessoas que viam. Isto é mesmo um facto, é real, não é humor!"

Alípio Alves, sempre que pode, também pratica ciclismo numa bicicleta tander, e aprecia o convívio que proporciona uma boa "suecada", no entanto, o seu sonho continua a apontar-lhe o céu...

"Sempre tive uma grande paixão em andar de avião então. sempre que posso, e isso tem sido possível várias vezes, gosto de dar o meu passeio. Mas a paixão maior, uma mágoa muito grande, é que nunca consegui voar num avião a jacto, no A7P. Fui amigo de vários comandantes da Base Aérea de Monte Real, mas nunca tive a coragem de lhes pedir para dar um voo no A7P. Se isso um dia se proporcionasse era a minha consolação final, e penso que morria tranquilo porque é muito grande o desejo que eu tenho de um dia voar num avião a jacto e fazer acrobacia aérea; fui sempre um apaixonado dos aviões. Coisas malucas que os homens têm"...

Reúne extraordinariamente para ara

Coimbra: aproximação e consenso

A zona de Coimbra, e muito em especial esta cidade, ficam marcadamente ligadas ao actual processo de Revisão Estatutária. O primeiro grande encontro, tendente a recolher soluções de compromisso, entre os associados proponentes de projectos de revisão, realizou-se na Tocha, bem perto da Lusa Atenas; a esta reunião outras se seguiriam, uma das quais também naquela Cidade, o que evidencia a aproximação que, para todos os intervenientes, constituía a cidade do Mondego. Os Órgãos Sociais Centrais, depois de decidirem em 10 de Setembro, numa Reunião na Sede Nacional, que era chegada a hora de fazer subir à Assembleia Geral Nacional o processo de revisão estatutária, foi, no segundo encontro em 30 de Setembro, e exactamente em Coimbra, que em consenso definiram a convocatória que a MAGN redigiu para a sua realização. Mas não se ficaram por aqui as vezes que, em Coimbra, se cruzaram os caminhos da revisão. Os subscritores dos trabalhos já conhecidos, aglutinados por um elemento da Direcção Central, iniciaram no dia 1 de Outubro, em Lisboa, o trabalho, que se pretendia, de síntese dos projectos existentes; no entanto, as duas reuniões seguintes, em 8 e 22, concretizaram-se, também elas,

naquela cidade. Não restam, portanto, dúvidas que, quer pela situação geográfica, quer pela forma hospitaleira e disponível dos elementos dos Órgãos Sociais da Delegação de Coimbra, esta cidade promoveu as aproximações e consensos que permitiram, quando parecia que as posições eram radicais, e as filosofias antagónicas, que surgisse o projecto síntese que passamos, seguidamente, a transcrever na íntegra. O Elo espera que a divulgação deste trabalho permita o estudo e reflexão, por parte do maior número possível de associados, e que a AGNE, de 5 de

Projecto-síntese de estatuto

O III Congresso Nacional, consciente de que novos e diferentes desafios o futuro reserva à ADFA, recomendou a revisão dos actuais estatutos, no sentido da sua actualização e modernização, para que a acção da Associação e das suas estruturas se adaptem à necessidade de respostas atempadas, dinâmicas, competentes e eficazes, sempre em consonância com a vontade expressa dos associados.

Em resposta à recomendação do congresso, foram surgindo diferentes propostas de projectos, que, apresentadas junto dos sócios, tiveram o debate possível, permitindo, com

pressupostos fundamentais os seguintes princípios associativos:

- participação associativa dos sócios a todos os níveis, como garante do sentido correcto da orientação da Associação em cada momento;

- descentralização da vida associativa, como forma de incentivação do espírito de iniciativa e de aproveitamento das capacidades disponíveis;

- acentuação da componente deliberativa no domínio orgânico, de modo a que as grandes decisões tomadas reflectam a vontade dos associados, tendo em conta as diferentes visões associativas;

- clarificação e dignificação da acção dos órgãos sociais, tendo em vista a transparência da vida associativa.

Assim, propõe-se à Assembleia Geral Nacional as seguintes alterações:

tendentes à preservação da qualidade de vida dos sócios.

4. Estabelecimento das figuras de sócio efectivo e sócio honorário.

5. Atribuição da qualidade de sócio honorário às pessoas singulares, colectivas ou equiparadas, que se distingam em prol da reabilitação dos deficientes, de acordo com os objectivos da ADFA.

6. Obrigatoriedade de publicação no jornal da Associação da admissão dos sócios efectivos.

7. Exclusiva competência da Assembleia Geral Nacional sobre a suspensão ou exclusão dos sócios, sob proposta do Conselho Nacional, fundada por parecer do Conselho Jurisdiccional; a Assembleia Geral de Delegação fica com a competência da reapreensão.

8. Constituição do pa-



Grupo de consenso do documento de síntese

Novembro, seja um marco inesquecível na vida da ADFA pelo elevado número de presenças, pela qualidade da participação e intervenção, pela riqueza do debate e pelo reforço da coesão e vigor da nossa Associação

as diferentes opções, uma clarificação da sua vontade.

Entretanto, tornando-se necessária a obtenção dum consenso, os autores dos diferentes trabalhos realizados, em reuniões conjuntas, elaboraram um projecto-síntese, que agora apresentam à Assembleia Geral Nacional.

Esse projecto tem como

1. Alteração da localização da Sede e possibilidade de abertura de Delegações ou Núcleos fora do território nacional.

2. Estabelecimento do princípio da solidariedade da ADFA com todas as pessoas com deficiências, tendo em vista o respeito pela sua dignidade humana.

3. Criação de condições

trimónio da ADFA pelos bens que integram o seu activo e pelos que venha a adquirir a título oneroso ou gratuito.

9. Usufruto de heranças, legados e doações por parte das Delegações, feitas a seu favor.

10. São órgãos sociais da ADFA:

- de âmbito nacional: Assembleia Geral Nacio-

nal, Conselho Nacional, Direcção Nacional e Conselho Fiscal Nacional

- de âmbito local: Assembleia Geral de Delegação, Conselho de Delegação, Direcção de Delegação e Conselho Local de Delegação.

11. Eliminação do artº 15º ("A AGN, a DG ou CFC gerirão também as actividades que se desenvolvem na área da SIE, não havendo aí órgãos distintos de âmbito local").

12. Eliminação do artº 16º ("A condição de trabalhador da ADFA não é incompatível com desempenho de funções em qualquer órgão social").

13. Alteração de três para dois anos do mandato dos titulares dos órgãos sociais.

14. Reunião ordinária da Assembleia Geral Nacional até 15 de Fevereiro de cada ano.

15. Reunião da Assembleia Geral Nacional para fins eleitorais de três em três anos, até 20 de Novembro.

16. Reunião extraordinária da Assembleia Geral Nacional, por deliberação da Assembleia Geral de Delegação com a participação nesta de pelo menos 15 por cento dos sócios da Delegação ou um mínimo de 50 sócios.

17. Reunião da Asm-



ASSOCIAÇÃO
FORO

Assembleia Geral

para analisar e

ESTATUTOS



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES
DAS
FORÇAS ARMADAS

nal, Conselho Nacional, Direcção Nacional e Conselho Fiscal Nacional;

- de âmbito local: Assembleia Geral de Delegação, Conselho de Delegação, Direcção de Delegação e Conselho Fiscal de Delegação.

11. Eliminação do artº 15º ("A AGN, a DC e o CFC gerirão também as actividades que se desenvolvem na área da Sede, não havendo aí órgãos distintos de âmbito local").

12. Eliminação do artº 2º do artº 16 ("A condição de trabalhador da ADFA não é incompatível com o desempenho de funções em qualquer órgão social).

13. Alteração de dois para três anos do mandato dos titulares dos órgãos sociais.

14. Reunião ordinária da Assembleia Geral Nacional até 15 de Fevereiro de cada ano.

15. Reunião da Assembleia Geral Nacional para fins eleitorais de três em três anos, até 20 de Dezembro.

16. Reunião extraordinária da Assembleia Geral Nacional, por deliberação da Assembleia Geral de Delegação com a participação nesta de pelo menos 15 por cento dos sócios da Delegação ou um mínimo de 50 sócios.

17. Reunião da Assembleia

bleia Geral Nacional por requerimento de sócios subscrito por, pelo menos, 100 sócios.

18. Inibição de apresentação de novo requerimento durante 3 anos por parte dos sócios requerentes da Assembleia Geral Nacional e faltosos.

19. Fixação das quotas pela Assembleia Geral Nacional, sob proposta do Conselho Nacional.

20. Composição do Conselho Nacional:

- um representante de cada Conselho de Delegação;

- lista nacional eleita expressamente para o Conselho Nacional igual ao número de elementos representantes dos Conselhos de Delegação mais um, apurada pelo método da proporcionalidade directa.

- Direcção Nacional, com direito a um voto.

- Mesa da Assembleia Geral Nacional, que coordenará os trabalhos, com direito a voto (apenas um) de qualidade.

21. O Conselho Nacional reunirá ordinariamente uma vez em cada semestre.

22. Criação, pelo Conselho Nacional, sob proposta da Direcção Nacional, de um Conselho Jurisdicional, um Conselho de Reabilitação e um Conselho Económico.

Realizar e discutir a Revisão Estatutária

ESTATUTOS

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES
DAS
FORÇAS ARMADAS

bleia Geral Nacional por requerimento de sócios subscrito por, pelo menos, 100 sócios.

18. Inibição de apresentação de novo requerimento durante 3 anos por parte dos sócios requerentes da Assembleia Geral Nacional e faltosos.

19. Fixação das quotas pela Assembleia Geral Nacional, sob proposta do Conselho Nacional.

20. Composição do Conselho Nacional:

- um representante de cada Conselho de Delegação;

- lista nacional eleita expressamente para o Conselho Nacional igual ao número de elementos representantes dos Conselhos de Delegação mais um, apurada pelo método da proporcionalidade directa.

- Direcção Nacional, com direito a um voto.

- Mesa da Assembleia Geral Nacional, que coordenará os trabalhos, com direito a voto (apenas um) de qualidade.

21. O Conselho Nacional reunirá ordinariamente uma vez em cada semestre.

22. Criação, pelo Conselho Nacional, sob proposta da Direcção Nacional, de um Conselho Jurisdiccional, um Conselho de Reabilitação e um Conselho Económico.

23. Atribuição ao Conselho Nacional da competência de apreciar a execução do orçamento em cada ano e apresentar essa apreciação á Assembleia Geral Nacional.

24. As deliberações do Conselho Nacional são tomadas pela maioria absoluta dos seus membros presentes.

25. Atribuição ao Congresso da competência de definir as grandes linhas de orientação associativa.

26. Composição da Direcção Nacional por sete elementos (um presidente, dois vice-presidentes, três secretários e um tesoureiro).

27. Criação do Conselho de Delegação, com a seguinte composição:

- Mesa da Assembleia Geral de Delegação e Direcção de Delegação;

- lista local eleita expressamente para o Conselho de Delegação igual ao número de elementos da MAGD e DD mais um, apurada pelo método da proporcionalidade directa.

- um elemento de cada Núcleo da área da delegação.

28. Competências do Conselho de Delegação:

to da Delegação e apresentá-lo à Assembleia Geral de Delegação para aprovação;

- indicar o seu representante no Conselho Nacional;

- deliberar sobre a criação, delimitação, extinção ou encerramento temporário dos Núcleos, sob proposta da Direcção de Delegação;

29. A Direcção de Delegação gere e orienta os respectivos serviços da Delegação e é composta por três ou cinco elementos.

30. Novas competências da Direcção de Delegação:

- orientar os serviços da Delegação, de acordo com o Regulamento da Delegação;

- gerir os recursos económicos e financeiros da Delegação, abrindo e movimentando as suas contas bancárias;

- propor a repreensão de sócios à Assembleia Geral de Delegação.

31. Eliminação da obrigatoriedade de os Conselhos Fiscais de Delegação enviarem relatórios semestrais ao Conselho Fiscal Nacional.

se à Assembleia Geral Nacional que tome as seguintes deliberações:

a) Realização da Assembleia Geral Nacional Extraordinária para aprovação da alteração dos Estatutos na especialidade em 21 de Janeiro de 1995.

b) Alteração do Regulamento Eleitoral na mesma Assembleia Geral.

c) Eleição dos novos órgãos sociais até 30 de Abril de 1995.

d) Nomeação da comissão de redacção do articulado dos novos Estatutos e adaptação do Regulamento eleitoral, constituída pelos seguintes associados:

- Cândido Patuleia Mendes, José Monteiro e José Adelino Guerra.

Coimbra, 22 de Outubro de 1994

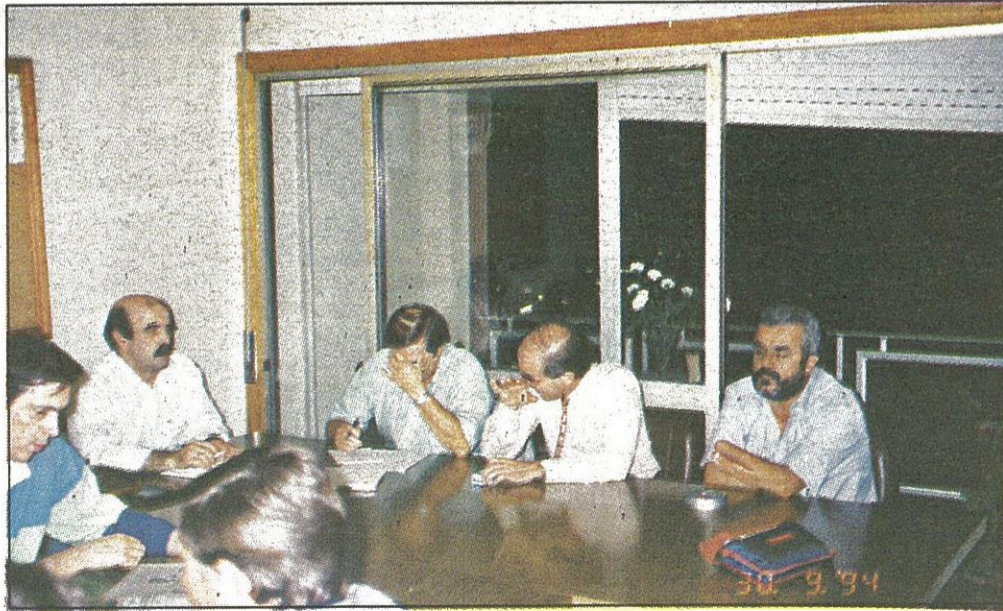
Os proponentes

(em representação dos subscritores dos projectos objecto de síntese)

Abel Fortuna, sócio nº 580.

Cândido Patuleia Mendes, sócio nº 519.

Anquises Carvalho, sócio nº 3505.



Reunião dos Órgãos Sociais Centrais em Coimbra

- apreciar e aprovar o plano de actividades e orçamento da Delegação para cada ano, sob proposta da Direcção de Delegação;

- apreciar a execução do orçamento da Delegação em cada ano e apresentar essa apreciação á Assembleia Geral de Delegação.

- elaborar o regulamen-

32. O Núcleo será dirigido por uma Direcção composta por três elementos, eleitos em plenário de sócios da respectiva área.

33. A Direcção de Núcleo terá as competências que lhe forem delegadas pela Direcção de Delegação.

Para aprovação final dos novos estatutos e sua entrada em vigor, propõe-

José Adelino Guerra, sócio nº 4753.

António Lavouras Lopes, sócio nº 2.

José Maia, sócio nº 244.

António Neves, sócio nº 3098.

José Noronha, sócio nº 1625.

Augusto Correia da Silva, sócio nº 82.

EDITORIAL

Conforme convocatória, publicada no último número do ELO, vai realizar-se, em 5 de Novembro, uma Assembleia Geral Nacional Extraordinária, com vista à revisão dos Estatutos da ADFA.

Como é consabido, os actuais Estatutos apenas conferem, à mesa da Assembleia Geral Nacional, competência para convocar Assembleias Gerais e reuniões do Conselho Nacional, bem como para dirigir os respectivos trabalhos. Todavia, e sem que tal pareça contemplado, os Órgãos Sociais Centrais têm vindo, nos últimos mandatos, a efectuar reuniões conjuntas para a abordagem, discussão e eventuais tomadas de posição sobre matérias consideradas de interesse associativo nacional, por forma a tentar dar cumprimento aos programas eleitorais, propostos pela lista nacional, eleita, até agora, conjuntamente. Tal atitude, pretendeu criar, no seio associativo, o espírito de solidariedade institucional, no respeito permanente pela diversidade de opiniões.

Assim, em fins de 1989, os órgãos Sociais Centrais decidiram dar cumprimento às recomendações do III Congresso da ADFA, que apontava para a Revisão Estatutária como uma necessidade.

Neste contexto, a Mesa da Assembleia Geral Nacional assumiu a responsabilidade da dinamização e coordenação do processo de Revisão, tendo, de imediato, efectuado a comunicação às Delegações da ADFA, exortando os Órgãos Sociais Centrais a provocarem a participação associativa desta matéria, tão importante quanto sensível.

Foi, pois, intenção das várias MAGN, em exercício desde essa altura, originar o mais alargado debate associativo, de molde a, através da clarificação das várias opiniões expressas pelos sócios interessados, atingir a Assembleia Geral em situação de garantir a participação interessada, o debate vivo, a confrontação aberta e fraterna de ideias.

Interrogar-se-ão, os associados menos atentos, das razões do tão longo período decorrido desde 1989. A MAGN teve oportunidade de, ao longo destes 5 anos, efectuar várias intervenções no jornal ELO, no sentido de, não só, transmitir aos associados informações sobre o desenvolvimento do processo, mas também como forma de promover a sua dinamização. Por isto, e porque considero não ser este o melhor momento, nem este o espaço apropriado, julgo ser meu dever abster-me de tecer mais considerações sobre este aspecto, que, noutra oportunidade, poderão ser relevantes.

Em todo o caso, não deixo de reconhecer que se perdeu oportunidade de, através do processo de revisão, combater o adormecimento de uns e o desinteresse de outros perante as questões associativas, quiza por razões que a inteligência deveria saber ultrapassar.

Estamos, assim, às portas da Assembleia Geral de revisão. Está em causa a criação de mecanismos estatutários que permitam aos associados, dirigentes e não dirigentes, solidificar a nossa Associação, adaptando-a às exigências actuais, na defesa intransigente dos interesses dos sócios e no respeito dos princípios que lhe deram origem. Torna-se necessário que a ADFA consiga, internamente, preparar-se para alcançar respostas eficazes aos anseios dos associados, hoje iguais e, paralelamente, bem diferentes de há vinte anos. É imperioso que a ADFA seja capaz de reflectir, no seu interior, os níveis de sucesso e responsabilidade que tem obtido a nível externo.

Para tal, é urgente que cada um de nós se assuma.

O Presidente da MAGN.

Delegação do Porto Autocarro para AGNE

A delegação do Porto organiza um autocarro para os sócios que pretendam deslocar-se, no próximo dia 5 de Novembro, à Assembleia Geral Nacional, em Lisboa.

Saída às 08.00 horas, junto à Delegação.
Regresso, entre as 20.00 e 21.00 horas, junto da Sede Nacional.

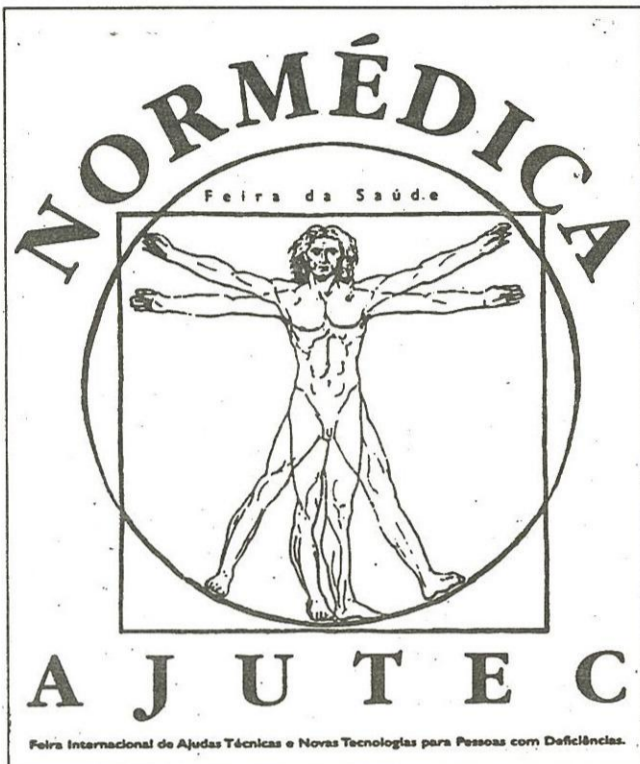
Preço por pessoa 2000\$00.
Inscrições na Delegação, ou através do Telef. 820403 (GAOS)

Duas Feiras ao Serviço da Saúde

Entre os dias 6 e 9 de Outubro, decorreram, simultaneamente, na EX-PONOR - Feira Internacional do Porto, dois certames especializados de grande repercussão no domínio da saúde: NORMÉMICA - Feira de Saúde e AJUTEC - Feira Internacional de Ajudas Técnicas e Novas Tecnologias para Pessoas com Deficiência, cuja inauguração oficial contou com a presença do Ministro da Saúde, Dr. Paulo Mendo e da Dr^a Maria Barroso.

NORMÉMICA, certamente essencialmente virado para a classe clínica, apresentou o que de melhor, em diversas especialidades médicas e cirúrgicas, se tem produzido com o fito de tornar mais rápida, segura e fiável a intervenção da comunidade de saúde no contexto da sociedade.

Por outro lado, e a todos os não médicos e pa-



ramédicos, mas que pelas suas actividades profissionais se integram na Comunidade de Saúde e a quem os avanços da Tecnologia ao Serviço de Saúde interessam, consti-

tuiu um autêntico "show divulgativo" onde o que ainda há pouco tempo era do domínio da ficção e dos laboratórios é, agora, aplicado em tratamentos de doenças.

Exposto, equipamento de electromedicina, tecnologia médica, equipamento de laboratório, recuperação funcional, artigos para hospitais e clínicas, aparelhos de ressonância e de ultra-sons, produtos farmacêuticos e de diagnóstico, contando com a presença de especialistas que prestam todas as informações sobre os materiais expostos.

AJUTEC - Feira Internacional de Ajudas Técnicas e Novas Tecnologias para Pessoas com Deficiência, feira especializada num ramo em grande expansão, foi um acontecimento importante no do-

mínio das novidades tecnológicas que contribuem para superar as limitações de pessoas com deficiências.

Nesta edição, divulgaram-se aparelhos, máquinas, equipamentos e processos tecnológicos que contribuem para a melhoria da vida (prática) dos deficientes - médicos, fisioterapeutas, técnicos de recuperação e outros especialistas, bem como os próprios deficientes que o desejaram - tiveram ensejo de ver e experimentar aparelhos, próteses e demais ajudas, acompanhadas de explicações técnicas.

Paralelamente às feiras, no Centro de Congressos da Exponor, realizou-se o "Forum Internacional de Saúde", cuja organização esteve a cargo da Associação Aliança para a Saúde, com o apoio da AIPORTUENSE, da UNICEF e da AESOP.

Duas feiras especializadas, onde participaram um total de 210 expositores directos e representados, e estiveram presentes, aproximadamente, 3.800 visitantes, dos quais 34 estrangeiros, oriundos de Espanha, Alemanha, Bélgica, Holanda, Inglaterra, Itália, Irlanda e Estados Unidos.

Delegação do Porto

APOIO AOS SÓCIOS NA COMPRA DE VIATURAS

A Delegação mantém em funcionamento um serviço para apoio aos sócios que pretendem adquirir viatura própria.

Este serviço que funciona em articulação com uma empresa do ramo automóvel, permite facilitar a compra aos sócios que se encontram abrangidos pela legislação em vigor e que por isso, beneficiam da isenção de impostos.

Através deste serviço é possível adquirir as viaturas de qualquer marca e modelo, em condições de simplificação burocrática.

Os interessados deverão

contactar os G.A.O.S. pessoalmente ou através do telefone nº 830403.

sócios se apresentem na consulta de Medicina Física e Reabilitação e procedam à entrega do cartão de Deficiente Militar no respectivo serviço.

CONSULTAS DE PRÓTESES NO HOSPITAL MILITAR DO PORTO

Informam-se os sócios que as consultas de próteses e ortóteses no Hospital Militar Regional Nº 1 do Porto, efectua-se até ao final do ano em curso, nos seguintes dias:

NOVEMBRO 12 e 26
DEZEMBRO 14

As consultas realizam-se nas manhãs dos dias acima indicados, bastando que os

CONVÍVIO DOS SÓCIOS DE VALE DE CAMBRA E AROUCA

Na reunião que se realizou no dia 21 de Maio de 1994, os sócios presentes, manifestaram a vontade de levar a efeito, uma confraternização que reunisse os associados e respectivas famílias, daqueles concelhos.

Ficaram encarregados de organizar esta jornada associativa os sócios Durval, Oliveira, Quaresma e Abílio Silva.

A confraternização constará de um almoço a realizar num restaurante de Arouca, devendo os interessados contactar com aquele grupo de sócios.

Nomeadamente com o sócio Abílio Silva através do telef. nº (056) 462070.

SETÚBAL

Consultório Dentário

Condições especiais para sócios e familiares da ADFa

Praceta Fernando Alcobia n.º 19
(por detrás do centro Comercial do Bonfim)

Horário de funcionamento:
2.ª e 4.ª das 09.00 às 19.00 horas
3.ª e 6.ª das 09.00 às 13.00 horas
marcações pelo telef. 065/524835

• mais informações contactar •
Delegação da ADFa de Setúbal

JARDINEIRO

DIPLOMADO

Manutenção de jardins e espaços verdes
Edifícios públicos e privados
Tel. 757 05 02 ext. 225
(295 51 41 a partir das 18.00 h.)

"PORTÕES"

para abrir
não se canse

Automatize-os com comando à distância
Orçamento grátis
Tel. 0931241310

AUTOSIL



PROTOCOLO

Celebrado entre a Associação dos Deficientes das Forças Armadas e a firma Acumuladores Autosil, S.A.

● Condições especiais de fornecimento pela Autosil à ADFa e seus associados:

— Descontos:	Baterias de arranque	— 28%
	Acessórios VALEO	— 36%
	Auto-rádios TOKAI	— 15%
	Telemóveis	— 15%

— Montagem e assistência das baterias gratuita em todas as dependências Autosil.

● A Autosil só fornecerá material aos associados da ADFa, mediante apresentação de credencial passada pela ADFa, cuja validade será de 30 dias.

CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO — AUTOSIL

R. Filipe Folque, 22 - 1000 LISBOA - Telefone 3534226 - Telefax 547700
Av. 24 de Julho, 26 B - 1200 LISBOA - Telefone 3966825 - Telefax 602538 - Aberto Sábado das 8 às 14 horas
R. D. João IV, 643-655 - 4000 PORTO - Telefones 564352 - 564427 - Telefax 580140
R. Alexandre Herculano, 204 - 3500 VISEU - Telefone 423850 - Telefax 425722
Av. Fernão de Magalhães, 246 - 2000 COIMBRA - Telefone 26842 - Telefax 26366
Av. 1.º de Maio, 45 - 6000 CASTELO BRANCO - Telefone 23079 - Telefax 23079
R. Nuno Velho Pereira, 6 - 2000 SANTARÉM - Telefone 25505 - Telefax 25505
Av. Luisa Todt, 116 - 2900 SETÚBAL - Telefone 526395 - Telefax 526395
R. D. Pedro de Almeida Portugal, 8 A - Cova da Piedade - 2800 ALMADA - Telefone 2752473 - Telefax 2752473
R. Dr. António José de Almeida, 36-38 - 7000 ÉVORA - Telefone 22291
R. Marquês de Pombal, 63 - 7520 SINES - Telefone 632644 - Telefax 632644
R. Almirante Cândido dos Reis, 22 - 7800 BEJA - Telefone 324740 - Telefax 324740
R. Júlio Dinis, 74 - Montenegro - 8000 FARO - Telefone 817022 - Telefax 817022
Bairro Novo de Almodena, Lote 30, r/c - 5000 VILA REAL - Telefone 73549 - Telefax 73549

● Para mais pormenores contactar a Sede/Delegações, que estão aptas a prestar as informações necessárias



AJUTEC/94

Porto, 6 a 9 de Outubro de 1994

Este ano teve lugar, na Exponor, a AJUTEC/94 que teve como intuito, a necessidade de informar a todos, dos recursos de que dispõem para ajudar a superar todo o tipo de limitações permitindo a integração de pessoas com deficiências numa vida própria e autónoma. Simultaneamente decorreu a NORMÉMICA/94 - Feira Internacional de Saúde -, unindo num só espaço dois importantes certames e possibilitando aos expositores o contacto directo com várias classes diferenciadas como médicos e técnicos de saúde em geral, educadores, assistentes sociais, professores, além das próprias pessoas com

deficiência e público em geral. Esteve presente nesta mostra o C.R.P.G., com um stand onde procurou mostrar a todos os visitantes, a gama de recursos de que dispõe nos vários sectores de actividade, ou seja, unidades de Avaliação/Orientação, Engenharia da Reabilitação e Formação Profissional.

A organização destes dois certames em conjunto fez com que a afluência de visitantes, fosse bastante superior em relação a anos anteriores.

Quanto a expositores estiveram presentes oitenta e dois stands, sendo doze da AJUTEC e setenta da NORMÉMICA, que colocaram à disposi-

ção dos visitantes uma vasta mostra dedicada às ajudas técnicas e às novas tecnologias para deficientes e para a saúde em geral.

Como novidades, saliente-se, a cadeira de rodas eléctrica apresentada pela Fabriorto, de fabrico nacional, bem como a cadeira eléctrica apresentada pela Shortes, montada em cima de lagartas, própria para subir e descer escadas sem qualquer desequilíbrio. Destaque-se também um acessório apresentado pela Alber, o Scalamobil, que se pode instalar nas costas das cadeiras de rodas e que é uma solução para subir e descer escadas sem que a pessoa o dirija tenha que fazer força.

PROGRAMA FORCE

Deslocou-se, dias 6 e 7 de Setembro, ao centro Aire Urbaine 2000 - Mulhouse, França, Dr. Teixeira Gomes, no âmbito do programa FORCE.

A reunião destinou-se a trabalhar conjuntamente com os parceiros franceses na fase de validação do protótipo desenvolvido durante o último ano. Este modelo será validado na empresa portuguesa parceira Paulo Mendes, Ltd. assim como nas empresas italiana e alemã.

PHONECCO

Realizou-se dia 10 de Setembro, uma reunião, nas instalações do CRPG, com elementos da PHONECCO - Mr. Erick Beck e Mr. Tugdual Ruellan - uma empresa francesa de Formação - Comunicação - Marketing Directo, para a inserção profissional.

O CRGP foi parceiro da Phonecco no programa Handi-Action 44, um programa que permite às pessoas com deficiência serem actores na sua própria inserção profissional. As pessoas com deficiência dispõem de um espaço importante com meios de avaliar, orientar e dinamizar as suas procuras de emprego.

O objectivo desta visita foi a apresentação da acção de comunicação, que terá lugar dia 1 de Dezembro em Troyes, França, resultado do trabalho desenvolvido com 4 CAT (Centres d'Aide par le Travail) da região d'Aube, centros de carpintaria, lavandaria, restauração e música.

A conferência será para cerca de 100/150 empresas e a sua preparação foi promenorizadamente apresentada pelo Director da Phonecco - Mr. Erick Beck.

Da parte da tarde, foi iniciada a preparação de um projecto de comunicação às empresas, do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia.

Participaram nesta reunião o Dr. Jerónimo de Sousa e D. Cristina Crisóstomo.

PROJECTO FACT

O CRGP recebeu, dia 21 de Setembro, a visita de elementos da Associação HADAR e da Mid Sweden University da Suécia.

Objectivos da visita: - apresentação da HADAR e seus projectos de investigação, incluindo o

FACT - Flexible Education and Learning.

- apresentação da Mid Sweden University e sua colaboração no projecto FACT.

- apresentação e visita do CRGP, suas preocupações actuais e futuras áreas de desenvolvimento.

- encontro com eventuais colaboradores no FACT.

- estudo de hipóteses e estratégias de candidatura ao 4º programa da União Europeia em Telemática na área do "Emprego e desenvolvimento da qualidade de vida para idosos e pessoas com deficiência".

O projecto tem como objectivos estabelecer um centro de educação com a ajuda de tecnologia de computadores, multimédia e telecomunicações. Desenvolvimento de um protótipo para criação de:

- um centro de educação virtual com módulos adaptados para diferentes necessidades de comunicação;

- documentação electrónica e sua comercialização.

Um outro objectivo do projecto é estabelecer contactos e cooperação com profissionais competentes. Estão a ser estabelecidos contactos com a Open University, do Reino Unido e com a Universidade de Patras, Grécia.

Participaram nesta reunião, do CRGP, Dr. Jerónimo de Sousa, Dr.ª Alexandra Lorga, D. Cristina Crisóstomo, Dr. Teixeira Gomes, Dr. Amaro Costa e Dr. Fernando Barbosa.

PROGRAMA HELIOS II DIA NACIONAL DE INFORMAÇÃO

O tema central deste "Dia Nacional de Informação HELIOS" foi "Comunicar - Informar - Reabilitar". Organizado pela Comissão Nacional HELIOS, com o patrocínio da Comissão da União Europeia, teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian, dias 6 e 7 de Outubro.

Os objectivos deste dia foram:

- divulgar o Programa, seus objectivos e linhas de acção;

- divulgar as actividades que têm estado a ser desenvolvidas pelos participantes nacionais;

- envolver e aproximar as diversas entidades que desenvolvem actividades no HELIOS II.

Após a sessão de

abertura em que estiveram presentes representantes do Governo Português, da Comissão da União Europeia e do Programa HELIOS, foi apresentada a situação actual e perspectivas de futuro do programa pelo representante da Equipa de Peritos do programa. A representante de Portugal, Dr.ª Marília Fragoiro, falou da "Estrutura organizativa de implementação, acompanhamento e avaliação do programa HELIOS em Portugal e o representante Português no Forum Europeu das Pessoas com Deficiência da "Importância da participação das ONG's Portuguesas" no citado Forum.

Os interlocutores dos quatro sectores nacionais - Reabilitação Funcional, Educação Integrada, Integração Económica e Integração Social e de Vida Autónoma - fizeram o balanço das actividades desenvolvidas.

As sessões sectoriais tiveram lugar da parte da tarde, e dividiram-se pelos quatro sectores de actividade e pela cooperação com as ONG's.

O CRGP participa no Sector da Readaptação Funcional. Apresentou uma comunicação conjunta com os Hospitais da Universidade de Coimbra sob o tema "As relações entre o Centro de Reabilitação, os Centros de Reeducação e as Estruturas de Formação Profissional e de Procura de Emprego".

Outras comunicações neste sector:

- Efeito e eficácia das Ajudas Técnicas para cegos e amblíopes;

- As políticas sociais contraditórias em saúde mental e reabilitação psiquiátrica - projecto piloto;

- Reabilitação de crianças e intervenção precoce: abordagem multidisciplinar;

- Ligação e coordenação entre os serviços de reabilitação médica hospitalar e os serviços/estruturas extra-hospitalares;

- Programas individualizados de reabilitação psicossocial.

Participaram neste "Dia Nacional de Informação do Programa HELIOS" Dr. Jerónimo de Sousa, D. Cristina Crisóstomo e Dr.ª Cristina Coelho.

INTEGRAÇÃO

Foi integrado em 31 de Agosto Vitorino José Ferreira do Curso de Electricidade, na Câmara Municipal do Porto na Manutenção de Arruamentos.

CRPG flash

1º ENCONTRO NACIONAL DE CENTROS DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Realizou-se dias 19 e 20 de Setembro, o 1º Encontro Nacional de Centros de Reabilitação Profissional, no Centro Escolar Turístico e Hoteleiro do Estoril, organizado pela FORMEM, Federação Portuguesa de Centros de Formação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência.

Esta acção foi co-financiada, no âmbito do programa Horizon - Projecto INFORMA, pelo FSE e pelo MESS, e organizada em colaboração com o SNR.

O objectivo era criar um ponto de encontro para debate e troca de experiências e problemas entre Centros que desenvolvem

programas no âmbito da reabilitação profissional. E, ainda, perspectivar hipóteses de desenvolvimento no plano das instituições e no plano institucional.

Destinava-se a representantes de centros que desenvolvem programas de Formação Profissional e Emprego no contexto das políticas de reabilitação.

Do CRPG participaram neste encontro Dr. Jerónimo de Sousa, que como Presidente da Direcção da FORMEM, fez uma intervenção na sessão de abertura do Encontro, Dr.ª Alexandra Lorga, Dr.ª Maria Helena Santos e Dr. Fernando Barbosa.

PROGRAMA LINGUA

No âmbito do Programa LINGUA, realizou-

se de 8 a 22 de Setembro, a visita de intercâmbio dos formandos de Associação YMCA de Colomiers.

Deslocaram-se a Portugal 10 formandos daquela associação e dois monitores, Mme. Danièle Blazy e Mr. Jean Pierre Barron, que foram acompanhados pela Dr.ª Rita Brito na sua estadia.

O programa da visita constou de participação no trabalho diário nas salas de formação, visitas a empresas - Vista Alegre, Unicer -, Universidade de Aveiro, Porto de Leixões, Parque Biológico da Maia, Casa de Serralves, Museu do Exército, Jornal de Notícias, cidades de Braga, Guimarães, Coimbra e Porto. Nesta última visitaram-se as caves do Vinho do Porto Ferreira.

Representatividade por áreas de deficiência

Texto de Armindo Roque Fotos de Farinho Lopes



Na Quinta das Malvasias reuniu, no dia 29 de Setembro, o Conselho Nacional de Reabilitação, onde: foi aprovado o seu Regulamento; foram dadas informações sobre os Programas que estão a decorrer ou em vias de implementação; analisou-se o funcionamento da Comissão Especializada da Educação; foi discutido o alargamento do CNR a mais quatro associações de deficientes; foram também aprovadas as propostas sobre Ajudas Técnicas e Medicamentos; falou-se ainda sobre as Comemorações nacionais do Dia Internacional da Pessoa com deficiência e a a Jornada Europeia das Pessoas com deficiência.

A reunião começou com informações dadas pelo Secretário Nacional de Reabilitação, Dr. António Charana sobre: o programa Integrar, que tem uma medida específica para deficientes sobretudo direccionada para as ONG e cujas candidaturas já estão abertas; o Programa Horizon que termina no dia 30 de Junho de 1995 e do HORIZON II cujo regulamento será oportunamente divulgado; o programa HELLIOS que será futuramente mais direccionado para as ONG.

Foi também informado que o Governo aprovou o montante de para Ajudas Técnicas (próteses ortóticas e outros dispositivos de compensação) para o ano de 1994 no valor global de 430 mil contos; o HANDYNET (base de dados computadorizada de todos os países da U.E.) está a ser aperfeiçoado de forma a cobrir áreas como as Ajudas Técnicas, Emprego e Formação, Desporto,

Turismo, etc., será distribuído em Dezembro.

No ponto da Ordem de Trabalhos sobre o funcionamento da Comissão Especializada da Educação, foi informado que a mesma não pode começar a funcionar por razões de ordem pessoal da conselheira responsável, mas que iniciaria de imediato os trabalhos. António Charana propôs que a Associação de Municípios passasse a integrar esta Comissão.

Neste momento José Arruda entrevistou para afirmar que se deviam tomar providências para que estas situações não acontecessem, e para que houvesse uma maior integração com outros grupos de trabalho que estejam a investigar assuntos semelhantes.

O Secretário Nacional de Reabilitação concordou com esta posição e aconselhou a que no futuro as Comissões Especializadas investiguem se existe algum grupo já constituído.

ALARGAMENTO DO CNR A MAIS 4 ONG

Foi apresentada uma proposta subscrita pelos conselheiros da ADFA e da UCNOD, para o alargamento DO CNR a mais quatro organizações de deficientes, em virtude de "O número de duas Organizações (ADFA e UCNOD) que integram o CNR ser, em entender das ONG do Grupo de Diálogo, bastante limitado" a proposta refere mais adiante que isso retira ao CNR "a verdadeira essência das modernas sociedades que garantem a total participação, a mútua res-

ponsabilização da sociedade civil e administração pública, na elaboração e concretização das várias respostas aos desafios na busca de uma sociedade para todos, por se considerar também que duas Organizações não representam a especificidade das várias deficiências e dos problemas inerentes às várias realidades, entenderam as ONG membros do Grupo Diálogo propor o alargamento para mais quatro ONG", tendo sido eleitas a Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), a Associação das Famílias de Deficientes (AFID), a Associação Portuguesa de Pais e Amigos da Criança Diminuída Mental (APACDM) e a Associação Portuguesa de Surdos (APS).

Esta proposta causou alguma polémica. António Charana referiu que não se tratava de uma questão meramente numérica, mas sim a de que exista a garantia de que as preocupações das diversas áreas da deficiência, possam ser directamente expressas, e que devem ser seguidas as recomendações tanto da União Europeia, como da ONU nesta matéria. Considerou no entanto que a problemática da representatividade não é tarefa fácil de resolver. Adiantou que o futuro tem de ser construído na partilha do diálogo e também das responsabilidades

REPRESENTATIVIDADE POR ÁREAS DE DEFICIÊNCIA

José Arruda afirmou que a proposta já tinha em consideração o problema da representação por áreas

de deficiência, que a ADFA já tinha protestado pela diminuição da representatividade, e que a diversidade dos problemas obriga a que os conselheiros, em cada área específica, possam defender no CNR, com maior competência, as suas posições.

Nesta altura do debate começou-se a ouvir a chuva a bater nas vidraças das janelas e o estrondo dos trovões. Tinha começado uma tempestade.

O Conselheiro representante da Associação dos Municípios, (opondo-se à proposta) interrogou, se os municípios também deveriam ter mais representantes por zonas do país? Não se pronunciou no entanto sobre a problemática que estava a ser discutida, que era a da representatividade por áreas de deficiência. Interrogou também se não existiam organizações representativas dos deficientes, e nomeadamente, quem afinal representava a União Coordenadora dos organismos de Deficientes (UCNOD).

Sobre este assunto António Charana disse que, se as estruturas onde as ONG se organizam não é ainda perfeita, e é por isso necessário que se faça uma grande reflexão sobre a organização do movimento associativo, por considerar ser aqui que estava o fundo da questão; mas que era necessário lidar com o que temos, e não com o que gostaríamos de ter. Adiantou que, para uma mais rápida solução deste problema, (pois que mesmo que o CNR aprovasse esta proposta, ela teria de ser aprovada em Conselho de Ministros, o que é sempre um

processo moroso), se poderiam convidar os membros do Grupo de Diálogo respectivos, para estarem presentes nas reuniões onde fossem discutidos assuntos da sua área de deficiência.

O conselheiro representante da Confederação Nacional das Associações de Família, pronunciou-se contra, na perspectiva de pôr em pé de igualdade a representatividade dos diversos parceiros sociais, com a dos representantes de áreas de deficiência, num Conselho que se ocupa da Reabilitação das pessoas deficientes.

BARREIRAS CULTURAIS

José Arruda, numa última intervenção em defesa das ONG, considerou que o grande problema eram as barreiras culturais e sociais, que a experiência das ONG é fundamental, e que, em contrapartida, muitos dos conselheiros ali presentes estavam pela 1ª vez a pronunciarem-se sobre estes problemas.

Adiantou que existe um

movimento que em muitos casos se substitui ao Estado e que ninguém vem ensinar os deficientes sobre a forma como eles se devem organizar.

António Charana tentou moderar o debate propondo que os conselheiros se encontrassem, mesmo que informalmente, para discutirem esta matéria, ele próprio disponibilizou-se a participar nesses encontros.

Este assunto foi passado para a reunião seguinte do CNR.

Foram aprovadas as propostas do Grupo de Diálogo sobre "Ajudas Técnicas" e "Medicamentos" de que já falámos no jornal de Junho.

Foram distribuídos os planos de acção dos diversos ministérios que serão objecto de uma análise mais rigorosa nas páginas do nosso jornal. Não queremos deixar no entanto de realçar que o Ministério da Defesa Nacional apresentou um documento, que pela importância que se reveste para os nossos leitores, publicamos na íntegra em caixa.

Ponto de situação das actividades do MDN

Documento apresentado pela Conselheira do Ministério da Defesa Nacional na Reunião do CNR

Para o ano de 1994 e de acordo com a programação prevista estão em curso ou já ultimadas as seguintes acções:

Criação de uma base de dados com informação relevante que permita uma caracterização tão real quanto possível da população deficiente das Forças Armadas, que se estima em cerca de 12.000.

Alteração de alguns diplomas legislativos, nomeadamente, a Lei do Serviço Militar, no sentido de permitir a dispensa do Serviço Efectivo Normal aos filhos dos Deficientes das Forças Armadas.

Alteração do Estatuto do Lar de Veteranos Militares, em Runa, por forma a que a sua utilização pelos Deficientes das Forças Armadas, se faça em condições mais vantajosas que a dos restantes utentes.

Iniciados contactos com a Cruz Vermelha Portuguesa para celebração de um protocolo que permita uma melhor utilização do Lar Militar pelos DFA.

Em estudo a possibilidade de alargamento da prestação de cuidados de saúde nos Hospitais Militares aos cidadãos deficientes que adquiriram a sua deficiência durante a prestação do Serviço Militar mas não por seu efeito.

O Ministério da Defesa Nacional vai adquirir, a curto prazo, equipamentos informáticos específicos, destinados a cegos biamputados, que irão ser colocados na Sede da ADFA.

O Ministério patrocinou, ainda, a 6ª Conferência Mundial sobre legislação de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, que se realizou em Lisboa no mês de Fevereiro: - Acompanhou os trabalhos preparatórios da Conferência;- Integrou a delegação governamental conjuntamente com o Ministério do Emprego e da Segurança Social;- Apoiou financeiramente a ADFA, entidade organizadora da Conferência.

Évora da tragédia ao escândalo

Recebemos na nossa redacção o seguinte comunicado da Associação Portuguesa de Insuficientes Renais que, pela sua premente objectividade, e com a solidariedade que nos compete, transcrevemos na íntegra.

Em reunião do dia 27.09.94, a APIR analisou a estranha paragem do processo crime da hemodiálise de Évora e concluiu o seguinte:

1. É perfeitamente justa a estranheza e a indignação dos familiares das ví-

timas, e dos restantes doentes sobreviventes do caso de Évora, pelo não andamento do processo de "homicídio por negligência" de que são acusados pelo Ministério Público alguns responsáveis por aquela tragédia.

2. Efectivamente, segundo os familiares dos IRC falecidos, desde Abril deste ano que não souberam mais nada sobre a fase de instrução do caso e as diligências requeridas pelos advogados para andamento do referido processo.

3. Os familiares das vítimas e a APIR aguardaram, serenamente, a passagem do período das férias judiciais na expectativa que após essa data, 15 de Setembro, fosse dada alguma informação sobre o seguimento do processo. Porém, contrariamente as nossas expectativas, continua tudo no "Segredo dos Deuses" e alguma imprensa falou já em possível suspensão.

O próprio Provedor de Justiça acusa o Ministro da Saúde, numa carta recentemente divulgada, de estar a impedir uma decisão sobre

o ressarcimento das vítimas.

4. Os familiares dos IRC mortos e a APIR desconhecem se haverá alguma razão para este atraso. No entanto, entendemos que, apesar da complexidade do processo, o tempo decorrido desde Abril, incluindo o período de férias judiciais foi suficiente para eventuais leituras ou conhecimentos detalhados dos autos. Pelo que não compreendemos a falta de informação sobre o andamento do caso.

Gostaríamos de lembrar que as primeiras mor-

tes tiveram início em princípio de Março de 1993 e as autópsias começaram em Abril do mesmo ano.

5. Continuamos a recear que o arrastamento do caso leve ao esquecimento, à perda de actualidade dos depoimentos, a tentativas de pressões, etc. Face a isto é legítimo perguntar-se: por este andar quanto tempo mais vai levar a fase de instrução? E quando terá lugar o julgamento? Se a situação continuar assim provavelmente ainda não será durante este ano judicial, que agora se iniciou.

Este é um dos receios dos familiares das vítimas.

6. A APIR considera que estas pessoas já sofreram bastante com as mortes dos seus queridos e com a difícil situação económica e social que muitos atravessam. A maioria são pessoas idosas que nunca tiveram qualquer apoio do Estado e das instituições responsáveis por esta tragédia. Todos eles vivem na esperança de que lhes façam justiça por tanto sofrimento. Será que vão ter tempo de vida suficiente para ver isso?

AUTOMÓVEIS VW E AUDI

MODELO	P.BASE	P.V.P.
POLO SCOT 1.05	1.283.618.00	1.751.873.00
POLO SCOT D.	1.470.151.00	2.324.555.00
GOLF CL 1.4 2P	1.746.827.00	2.645.499.00
GOLF CL 1.4 4P	1.789.819.00	2.695.370.00
GOLF CL D 4P	1.848.657.00	4.044.355.00
GOLF GL TD 4P	2.349.112.00	4.624.883.00
GOLF VARIANT CL 1.4	2.127.986.00	3.087.644.00
GOLF VARIANT GLD	2.064.310.00	4.294.513.00
GOLF VARIANT GL TD	2.555.349.00	4.864.118.00
GOLF VARIANT GL TDI	3.006.517.00	5.387.474.00
VENTO CL	1.888.732.00	2.810.109.00
VENTO CL D	1.947.499.00	4.159.012.00
VENTO GL TD	2.420.585.00	4.707.792.00
VENTO GL TDI	2.879.293.00	5.239.893.00
PASSAT CL TDI	2.777.557.00	5.113.759.00
PASSAT GL TDI	3.463.335.00	5.917.382.00
PASSAT VARIANT CL TDI	3.025.567.00	5.409.571.00
PASSAT VARIANT GL TDI	3.718.487.00	6.213.358.00
AUDI 80 TDI	3.896.355.00	6.419.679.00
AUDI 80 AVANT TDI	4.546.341.00	7.173.669.00
AUDI 80 TDI (Automático)	3.556.879.00	6.025.893.00
AUDI 80 AVANT TDI (Aut.)	3.817.822.00	6.328.586.00

AUTOMÓVEIS FIAT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
UNO 45 3P	1.116.530.00	1.546.956.00
UNO 45 5P	1.301.961.00	1.762.056.00
UNO TURBO 5P	1.906.143.00	2.810.057.00
PUNTO 55 S 3P	1.197.345.00	1.712.056.00
PUNTO 55 S 5P	1.253.379.00	1.777.056.00
PUNTO 75 T. D. 3P	1.639.597.00	3.151.056.00
TIPO 1.4 3P	1.614.960.00	2.480.056.00
TIPO 1.7 D. 5P	1.808.563.00	3.347.057.00
TEMPRA 1.4	1.944.270.00	2.862.057.00
TEMPRA 1.9 T.D.S.	2.659.604.00	5.127.056.00
TEMPRA T.D. (Carrinha)	2.763.053.00	5.247.057.00
CROMA 1.9 T.D.S.	3.107.880.00	5.647.056.00

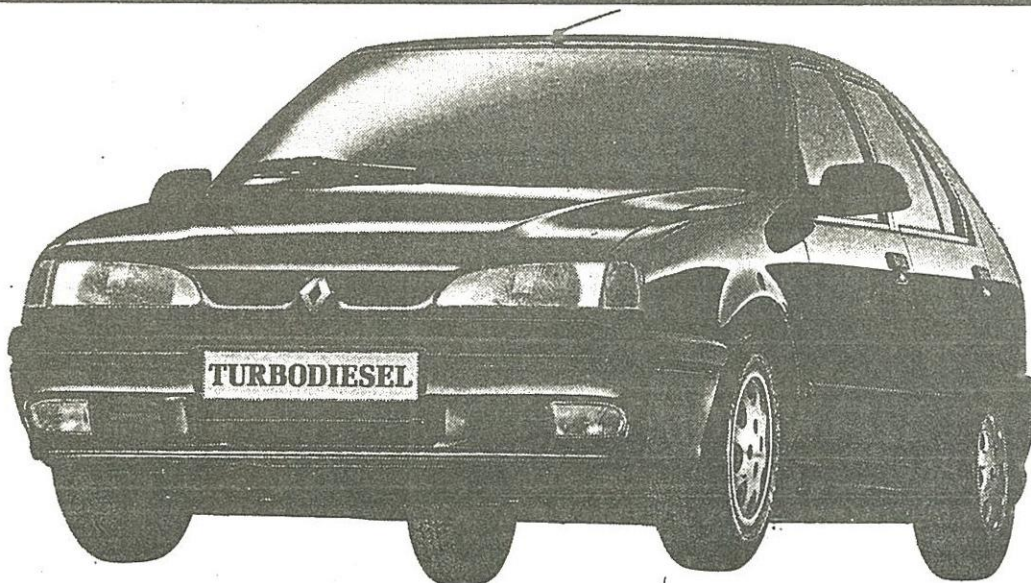
AUTOMÓVEIS OPEL

MODELO	P.BASE	P.V.P.
SWING 1.2 3P	1.319.908.00	1.946.828.00
SPORT 1.4 3P	1.623.214.00	2.550.828.00
SWING 1.4 3P	1.549.076.00	2.464.828.00
SWING 1.5D 3P	1.629.348.00	2.711.828.00
SWING 1.5 TD 5P	1.685.383.00	2.776.828.00
ASTRA		
1.4 GLS 4P	2.218.042.00	3.240.828.00
1.7 GL 4P Diesel	2.169.352.00	3.804.828.00
1.7 GLS 4P T. Diesel	2.589.897.00	4.250.828.00
1.7 GL 5P Diesel (Carrinha)	2.289.170.00	3.943.828.00
1.7 GLS 5P T. Diesel (Carrinha)	2.689.517.00	4.376.828.00
VECTRA		
1.6 CDX 4P	2.908.759.00	4.433.828.00
1.7 T. D. 4P e 5P	2.726.586.00	4.419.828.00

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16, a partir das 20H00 para Alberto Pinto. Outras informações nas horas de expediente para os telef.: 757 05 02; 757 05 83; 757 07 02. O estimado sócio pode também pedir informações sobre: Citroën; Peugeot e Ford.

SE NÃO LHE PODE RESISTIR

CONVERTA-SE
AO NOVO RENAULT 19 TURBO DIESEL



Converta-se à potência, à economia e ao prazer de conduzir um Renault 19 Turbo Diesel.

Converta-se à vantagem de dispôr de um automóvel ao mesmo tempo económico, dinâmico e confortável.

Converta-se a um excepcional nível de equipamento que inclui direcção assistida, vidros dianteiros com comando eléctrico, volante regulável em altura, retrovisores com comando e desembaciamento eléctricos e fecho centralizado das portas e da bagageira com comando à distância.

Informe-se hoje mesmo na Renault Chelas e, se não conseguir resistir ao novo Renault 19 Turbo Diesel, converta-se...

Renault 19. A irresistível tentação.

SUCURSAL

RENAULT CHELAS

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11E - 1900 Lisboa
Telf 836 14 00 - Fax 836 14 80



RENAULT

Participar é dar vida à ADFA • 20 anos de intervenção

Elo

dos Deficientes das Forças Armadas

Propriedade — Redacção — Direcção — ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Impr. — TIPOGRAFIA ESCOLA DA A. D. F. A.
Rua Artilharia um-Anexo H. M. P. — Telef. 65 35 93 — LISBOA.

Palácio da Independência Largo de S. Domingos Telef. 36 21 67 - LISBOA

NOTA de ABERTURA

19 de Novembro Reflexão associativa

O Elo e a sede da Associação dos Deficientes das Forças Armadas sempre estiveram muito ligados entre si. Se, há 20 anos, conforme nos recorda o número "0" do nosso jornal, foi, no exacto dia da sua primeira publicação, que a nossa vontade e querer decidiram a ocupação total do Palácio da Independência, 19 anos depois, a inauguração da actual sede nacional coincidiria com data muito próxima do aniversário do Elo e, em 19 de Novembro, esvoacemos já um ano sobre esse acontecimento. É, pois, importante que ambas as comemorações continuem, como sempre estiveram, intimamente ligadas.

Assim, naquele dia 19 de Novembro, sábado, propomos aos associados um dia de reflexão que será composto por alguns painéis de reconhecido e momentoso interesse associativo, que serão apresentados para debate por alguns sócios conhecedores das matérias a analisar. A jornada iniciar-se-á, pelas 10.00 horas, com interrupção entre as 13.00 e as 14.30 horas para almoço, servido no restaurante/self-service da sede, continuando após a refeição a discussão dos temas a apresentar, e que serão os seguintes:

Revisão Estatutária; aproveitamento das capacidades da sede nacional para uma política associativa activa; Política Nacional de Reabilitação e movimento de deficientes em Portugal; e, divulgação da realidade e actividades do Centro de Reabilitação da ADFA, em Vila Nova de Gaia.

«Inválidos» iam passando. Eram muitos. Eram demais. Havia que esconder o seu número. Mais havia que...

23 de Novembro Os deficientes e a imprensa

No dia 23 de Novembro, no 20º aniversário do nosso jornal, em organização promovida pelo Grupo de estudos e Documentação da ADFA "GEDA", a nossa Associação vai levar a efeito um colóquio com a presença de entidades e organizações dedicadas à problemática da deficiência, de responsáveis autárquicos, de órgãos de comunicação social e, seguramente, de muitos associados.

O tema do encontro "A imagem dos deficientes na imprensa" será abordado, para além de um elemento do grupo organizador, de dois jornalistas de renome que se debruçaram sobre aquela temática. Seguir-se-á, conforme se anseia, um vivo debate, a atentar na qualidade esperada das intervenções.

No final, aguarda-se o habitual e participado jantar comemorativo de mais um aniversário do nosso ELO de ligação e amizade, ao fim de 20 anos a defender e divulgar a ADFA, os deficientes militares e todos os deficientes em geral.

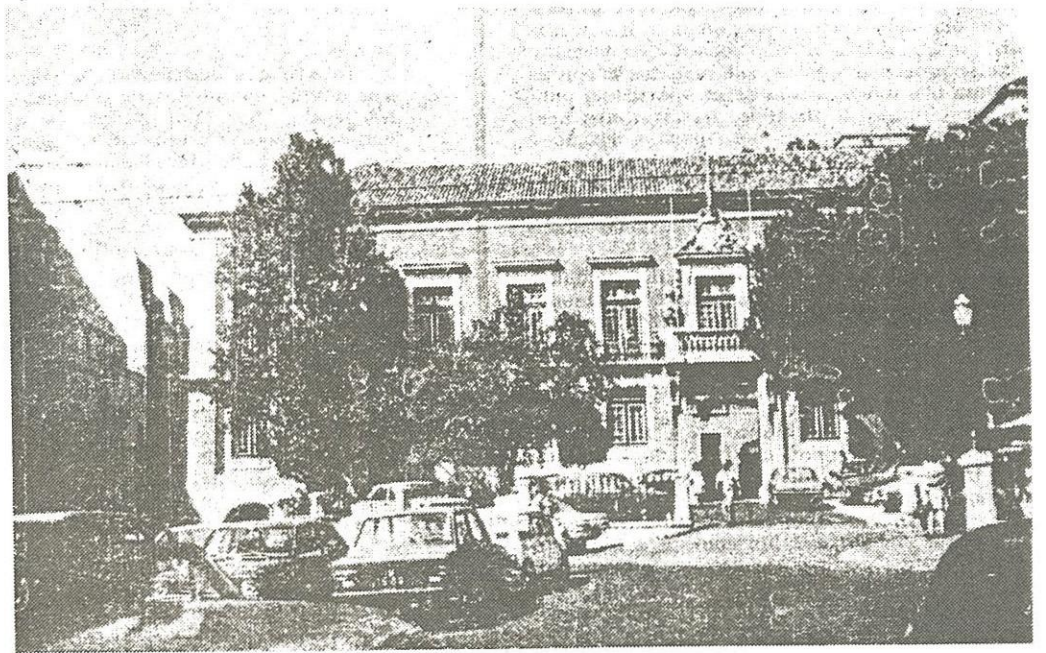
O jornal dos Deficientes das Forças Armadas exprimir-se-á, por norma e por imperativo, na linguagem simples, mesmo rude, mas clara, que os deficientes, na sua quase totalidade soldados, sabem utilizar e entendem.

Escrito por nós e para nós, poderá ser lido, e assim compreendido, pelas nossas famílias, como nós simples e mergulhados nos nossos problemas, assim como por todo o povo que sofreu com as guerras coloniais e entende também a nossa linguagem.

Se existir alguma filosofia nos nossos artigos, ela não será fruto duma procura rebuscada em gabinete fechado, será antes fruto espontâneo das nossas vivências e da nossa experiência. Transmitiremos, sem nada evitar ou esconder tudo o que vivemos e sentimos, trazendo ao conhecimento de todos o que tão escondido andava. Para além da necessidade, força-nos também o dever de transmitir e denunciar, quando for o caso, tudo o que diz respeito às mazelas da guerra e à sua cura.

Este será o nosso simples contributo para a reconstrução do Portugal novo e justo que o verdadeiro Povo Português deseja.

A Q U I



Apela-se à comparência e intervenção dos associados de todo o País nestes dois grandes momentos da nossa vida colectiva, solicitamos a inscrição para ambos os eventos para a sede através dos telefones 7570422 ou 7570502 ext.212, até às 18.00 horas dos dias 17 e 21, respectivamente, para que se possa programar o número de refeições a servir.

A ADFA ACUSA

Os grandes culpados

Lutamos por um lugar digno numa Sociedade Justa com Direitos e sem amólas.

A nossa forma de luta é a mesma de todas as frentes progressistas: Morte ao fascismo — viva a liberdade.

Hoje seremos livres, contudo sentimos as nossas palavras ainda amordaçadas por essa sombra pesada que nos segue, qual abutre ameaçado de morte por lhe escurearem as indefesas

Continua na pág. 6